



.XXI

As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim

Ana Margarida Arruda*
Carlos Pereira*

Resumo

O Forte de São Sebastião, em Castro Marim, é um edifício militar que conheceu diferentes fases de construção e reconstrução. Erguido durante as guerras da restauração (1641-1668), foi fortemente afectado pelo terramoto de 1755, o que terá suscitado intervenções de reparação na segunda metade do século XVIII. Teve também um papel preponderante durante a Guerra das Laranjas (1801). Ainda no século XIX, entre os anos de 1819 e 1834, o edifício albergou o Batalhão de Caçadores 4, que nele esteve aquartelado.

Sabemos que no sítio onde se construiu, no século XVII, o edifício militar existia uma ermida dedicada a São Sebastião, ermida que se mantém ainda no local onde foi edificada, ainda que ocultada por aquele.

Os trabalhos de acompanhamento e de minimização de impactos da obra de recuperação, consolidação e reconstrução do Forte de São Sebastião permitiram compreender as diversas fases construtivas, bem como perceber qual seria a sua configuração original. Por outro lado, foi possível datar, com precisão, muitas das alterações, concretamente a construção da cortina do forte e as casamatas que o fecham juntamente com o Baluarte do Enterreiro e o Baluarte de São Sebastião, criando assim a chamada “cidadela do forte”.

Para além da “arqueologia da arquitectura”, os trabalhos de acompanhamento documentaram as ocupações da antiguidade do «morro» que se ergue em frente ao Castelo de Castro Marim. Para além de materiais arqueológicos datáveis da época romana republicana, foram encontradas estruturas que evidenciam que o local estava já ocupado durante a Idade do Ferro.

Abstract

The fortress of São Sebastião, in Castro Marim, is a military building that knew different phases of construction and reconstruction. Raised through the “Guerra da Restauração” (1641-1668), was strongly affected by the earthquake of 1755, which originated some interventions of rebuilding in the second half of eighteen century. This fortification was also an important quest in “Guerra das Laranjas” (1801). Yet in the Nineteenth Century, between 1819 and 1834, this stronghold sheltered the “Caçadores 4” battalion.

We know that in the place where the military fortress was built, in seventeenth century, existed already a chapel dedicated to “São Sebastião”, which remains are visible, under the fortification.

The archeological work carried out in the context of fortress’ re-qualification allowed us to understand the several constructive phases of the building, as well as know its original configuration. So, it’s now possible to dated, with precision, many of the modifications, specifically the construction of the “cortina do forte”, that close the fortress with the “baluarte do Enterreiro” and “baluarte de São Sebastião”, creating the “Cidadela do Forte”.

Beyond the “architectural archeology”, the archeological work showed the hill’s ancient occupations. Beside the archeological objects dated of the Roman-Republic period, it was possible to find structures and materials of the Iron Age.

* (UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa)

I. Introdução

O Forte de São Sebastião localiza-se em Castro Marim, freguesia e concelho de Castro Marim, distrito de Faro (Fig. 1). Geologicamente, encontra-se implantado numa zona de depósitos do quaternário, entre os xistos do maciço antigo a Norte, os calcários lacustres do alógeno e as rochas eruptivas da orla, a Oeste.

O edifício encontra-se num cabeço sobranceiro ao Castelo de Castro Marim, a Sudoeste do mesmo. Parece constituir uma edificação estratégica, uma vez que foi efectuada em tempo de guerra, logo no início da Guerra da Restauração. O casario que, entretanto, se tinha desenvolvido fora das muralhas medievais estava agora desprotegido e a colina onde se localizava a ermida de São Sebastião constituía uma forte ameaça à segurança do Castelo. Em situação de ataque inimigo, era possível daí, bater e arrasar as muralhas daquele, pois a distância de tiro directo era demasiado curta, embora o impacto dos disparos não fosse disperso.

Assim, demonstrou-se imperioso a ocupação daquele cabeço, efectuando-se a construção de um edifício militar que permitisse a continuidade da segurança do Castelo e da vila de Castro Marim (Fig. 2).

Do forte de São Sebastião conhece-se o estudo sobre o seu faseamento construtivo e reconstrutivo, efectuado pelo Engenheiro Francisco de Sousa Lobo, estudo que, aliás, integrou o projecto de empreitada para a recuperação e consolidação do Forte de São Sebastião (memória descritiva referente ao projecto N.º 469, Vol. II, *“Levantamento, diagnóstico de patologias e projecto de intervenção com vista à recuperação/consolidação das muralhas e baluarte do Forte de São Sebastião”*).

Em 2000, foi efectuada uma intervenção

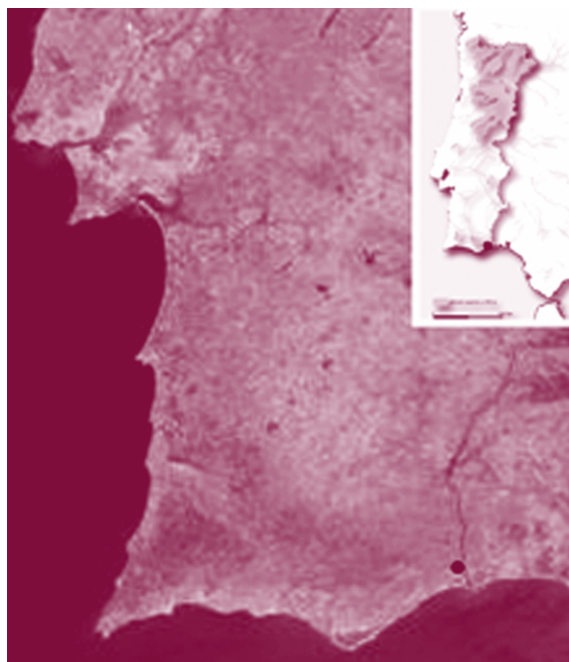


Fig. 1 - Localização de Castro Marim.

arqueológica na sala interior do forte, da responsabilidade de um de nós (A.M.A.) e de Artur Rocha, intervenção concretizada já no âmbito da sua recuperação, uma vez que a remoção das terras que aí se encontravam obrigava a um acompanhamento arqueológico (Arruda e Rocha 2000).

Os trabalhos de recuperação e valorização do Forte de São Sebastião em Castro Marim, levados a efeito entre 2005 e 2007 (projecto N.º 469), foram devidamente acompanhados do ponto de vista arqueológico, tendo esse acompanhamento revelado importantes dados para a compreensão da sequência arquitectónica do edifício militar seiscentista, e evidenciado ocupações humanas prévias a esta construção (Fig. 3).

Os trabalhos arqueológicos realizados compuseram-se, não apenas do acompanhamento de todas as acções de obra, mas também da realização de sondagens de forma a minimizar os impactos negativos sobre o património arqueológico que a recuperação iria, fatalmente, provocar.

O Forte de São Sebastião, Castro Marim, foi construído, em meados do século XVII, sobre uma elevação fronteira ao Castelo, tendo sofrido várias remodelações durante o século XVIII.



Fig. 2 - Enquadramento da área intervencionada.



Fig. 3 - Decorrer dos trabalhos de acompanhamento arqueológico.

II. O Forte de São Sebastião: de 1640 ao século XIX

Desde a sua construção, o Forte de São Sebastião, Castro Marim, desempenhou um predominante papel na estratégia defensiva militar da linha de

fronteira do sul. Iniciada a sua edificação em Abril do ano de 1641, num cabeço sobranceiro ao castelo, data que se encontra perfeitamente documentada na epígrafe do arco de entrada, teve por objectivos impedir os ataques inimigos, mas também, e principalmente, o reforço das linhas de defesa fronteiriças.

Parece importante começar por referir que o edifício que conheceu diferentes fases de construção e reconstrução. Tendo sido construído durante as guerras da restauração (1641-1668), foi fortemente afectado pelo terramoto de 1755, o que terá suscitado intervenções de reparação, tendo tido também um papel preponderante durante a Guerra das Laranjas (1801).

A sua construção coincide com o desencadear da guerra da restauração, contexto que determinou que a sua execução tivesse sido concretizada com pouca mão-de-obra e escassos recursos e em condições de clara dificuldade.

Estas condições concretas justificarão o facto de a ermida que existia no local, dedicada a São Sebastião, nome que se manteve na designação do edifício militar, ter ficado oculta no interior deste último, o que comprova a emergência construtiva. Compreensivelmente, em período de guerra, a mão-de-obra disponível é muito escassa, e tudo o que reduzisse, em esforço e tempo, a construção do forte era encarado como uma obrigatoriedade e não como uma opção. E talvez o escasso tempo disponível para a construção explique por que razão o edifício não cumpria as normas recomendadas nos tratados de arquitectura militar, como consta no relatório que Guilherme de Valleré envia ao Marquês de Pombal em 1774.

O contexto em que o Forte de São Sebastião foi construído fica também evidenciado pela aparente precariedade das estruturas, precariedade essa que justificou, em parte, as reparações e os reforços do sistema defensivo de que foi alvo ao longo do tempo, ainda que seja possível reconstituir a sua configuração original, uma vez que os baluartes e cortinas do lado Este não aparentam um elevado índice de reconstrução ou remodelação.

A fragilidade da construção seiscentista, que poderá também justificar-se pelo facto de Castro Marim ter constituído um ponto excêntrico relativamente às áreas de conflito directo (na zona sul, durante o século XVII, o esforço de guerra encontrava-se concentrado, maioritariamente, na fronteira do Caia, na região de Elvas), terá sido responsável pela forma como foi afectada pelo terramoto de 1755. Os estragos causados na estrutura defensiva pelo sismo podem ser avaliados na planta da vila de Castro Marim, datada de 1790, onde as muralhas estão, em parte, indicadas a tracejado, não podendo ignorar-se, neste contexto, o já citado relatório de Guilherme de Valleré, de 1774, onde é referido o aspecto degradado da construção e se aconselha rápida intervenção (Fig. 4). Essa intervenção, que implicou reconstrução e remodelação, terá sido efectuada na viragem do século XVIII para o XIX.

O Forte de São Sebastião desempenhou ainda um importante papel durante a Guerra das Laranjas (1801), comprovado por algumas remodelações e reconstruções efectuadas, concretamente as que se destinaram à adaptação a novas armas de fogo,



Fig. 4 - Planta da Vila de Castro Marim (1790), base cartográfica do Exército Militar.

tendo-se também procedido à elevação das paredes. Ainda no mesmo século, entre os anos de 1819 e 1834, o edifício albergou o Batalhão de Caçadores 4, que nele esteve aquartelado (Arruda 2000).

Estas remodelações alteraram em muito a configuração original do conjunto fortificado, de que se salienta a construção da cortina do forte e das casamatas, que o fecham juntamente com o baluarte do Enterreiro e o baluarte de São Sebastião, criando assim a chamada “cidadela do forte” (Fig. 5).

A criação da Cortina do Forte anulou a utilidade da restante Cerca Abaluartada, o que justifica que o estado de conservação dos baluartes do lado Este (Baluarte Cheio e das Lezírias) e do lado Oeste (Baluarte do Enterreiro e de São Sebastião) seja consideravelmente distinto. A partir deste momento, somente a Cidadela do Forte foi alvo de manutenção.



Fig. 5 - Localização da cortina do forte e das casamatas.



Fig. 6- Representação do Castelo de Castro Marim por Duarte d'Armas (1509).

Quando se deu o conflito com a Espanha (1641), o casario que se tinha desenvolvido fora das muralhas do castelo, o qual é visível no livro das fortalezas de Duarte d'Armas desenhado em 1509, estava agora desprovido de qualquer tipo de protecção, e a colina onde se encontrava a ermida dedicada a São Sebastião constituía uma forte ameaça à segurança do recinto fortificado do Castelo (Fig. 6). Deste local, seria possível atingir e arrasar as muralhas do Castelo medieval, pois a distância, em tiro directo, era demasiado curta (Lobo 2003).

Assim, o Castelo foi rapidamente readaptado à artilharia característica do século XVII, e, no local onde se encontrava a ermida, foi edificado o pequeno forte de planta irregular, com quatro meios baluartes. A pequena capela abobadada que aí se encontrava, que condicionou a planta e dimensões do edifício militar, foi absorvida pela fortificação, tendo sido ocultada pela monumentalidade desta última, e esquecida nos momentos de guerra.

A cerca terá sido construída posteriormente, ainda no decorrer do mesmo século, com dois distintos andamentos de muralha, que desciam a colina do forte e subiam simultaneamente a do castelo, e que, em nosso entender, esteve em funcionamento num curto espaço de tempo. Desta forma, a cerca passaria agora a abraçar a totalidade do casario da vila, podendo ser defendida com mosquete, das cortinas, e artilharia, a partir das plataformas. Os dois pontos mais elevados (Castelo e Forte de São Sebastião) constituíam assim o último reduto em situação de cerco da povoação.

Torna-se assim claro que, apesar das insuficiências, “a vila de Castro Marim foi, sem dúvida alguma a partir do século XVII, a principal praça-forte do Algarve, enquanto um misto de defesa militar marítima e terrestre. Constituía a primeira fortaleza no extremo Sul da fronteira com o país vizinho e, essa confrontação manteve a importância militar da vila quase até ao século XX” (LOBO, 2003).

III. O edifício militar seiscentista: os indícios arquitectónicos e arqueológicos

O Forte de São Sebastião em Castro Marim é constituído actualmente por um Reduto Central, uma Cidadela e uma Cerca Abaluartada, tendo ficado claro que este conjunto não foi construído em simultâneo.

A análise dos dados obtidos no terreno, bem como a informação disponibilizada pelas fontes cartográficas disponíveis, permitem avançar com a hipótese de o reduto central constituir a primeira construção, tendo sido erguido isoladamente antes da edificação da cerca abaluartada.

Com efeito, dois dos meios baluartes do Reduto Central, virados para o interior da vila, seriam inoperantes caso a cerca estivesse já construída, como aliás já referiu o engenheiro tenente-coronel Sousa Lobo (Fig. 7).

Felizmente, foi possível confirmar que as estruturas da Cerca Abaluartada se encontram adoçadas ao Forte e não cruzadas entre si, como estariam necessariamente se a sua construção tivesse ocorrido simultaneamente.

Um outro elemento confirma a antiguidade do Reduto Central em relação à Cerca Abaluartada.

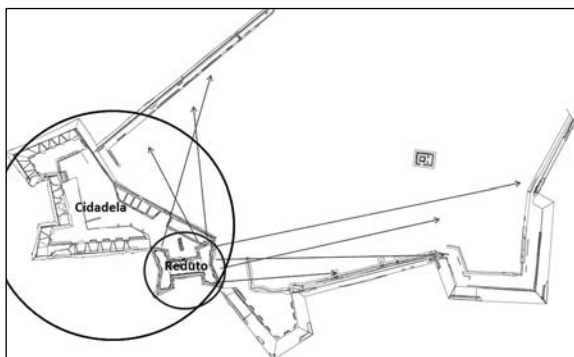


Fig. 7 - Orientação dos ângulos de tiro, que interferem com a restante cerca abaluartada.

Trata-se da ponte levadiça, cujo sistema de elevação era bastante simples e prático. De um lado era suportada pela escadaria do edifício, do outro encontrar-se-ia apoiada em dois pequenos “pivots” de pedra que se encontram ainda incutidos na muralha, imediatamente abaixo da soleira da porta.



Fig. 8 - Reconstituição da ponte levadiça, com base nos indícios arquitectónicos existentes.

A sua elevação era efectuada através de duas cordas que, presas na ponte do lado da escadaria, passariam pelas duas aberturas do topo do arco de entrada para assim serem puxadas pelo lado de dentro. Contudo, rolariam ainda numa pequena roldana presente no lado interior do arco, acima da entrada, apoiada, de igual forma, em dois “pivots” (Fig. 8).

No que se refere à Cerca Abaluartada, construída como já se disse em momento posterior ao Reduto Central, foram verificadas diferenças acentuadas na sua configuração. De facto, os baluartes do lado Este (Baluarte Cheio e das Lezírias) divergem dos do lado Oeste (Baluarte do Enterreiro e de São Sebastião). Tudo indica que os primeiros se apresentam ainda próximos do traçado original, não tendo sofrido remodelações ou reconstruções. Pelo contrário, os de Enterreiro e de São Sebastião, por terem sido mais tarde integrados na cidadela, apresentam sucessivas reparações e reconstruções, as quais se tornam evidentes pela análise da sua arquitectura e pelos dados arqueológicos. Estes baluartes apresentam uma maior espessura das muralhas, um parapeito muito mais largo, um passadiço mais amplo e uma cota mais elevada, quando comparados com os do lado Este (o Cheio e o das Lezírias). A elevação dos baluartes de São Sebastião e do Enterreiro está patente, quer na alvenaria quer no enchimento das muralhas (Fig. 9)

O facto de os baluartes do lado Este do forte manterem a sua configuração original permite ter uma ideia do traçado inicial do edifício, tarefa em que a cartografia do século XVIII também pôde colaborar.

A construção da Cortina do Forte permitiu a criação de uma pequena cidadela fechada, limitada pelos baluartes do Enterreiro e de São Sebastião, e pela Cortina do Enterreiro. A definição deste espaço cercado ditou o fim da utilidade das restantes estruturas defensivas, tendo os primeiros, como já referimos, sido alvo de sucessivas construções e reconstruções que adulteraram a sua forma original.

Infelizmente, não é de todo possível apresentar uma data precisa para este acontecimento, havendo, no entanto, dados que permitem afirmar que a construção da Cidadela, e a consequente desactivação da Cerca Abaluartada, deverá ter ocorrido entre finais do século XVIII e os inícios da centúria seguinte,

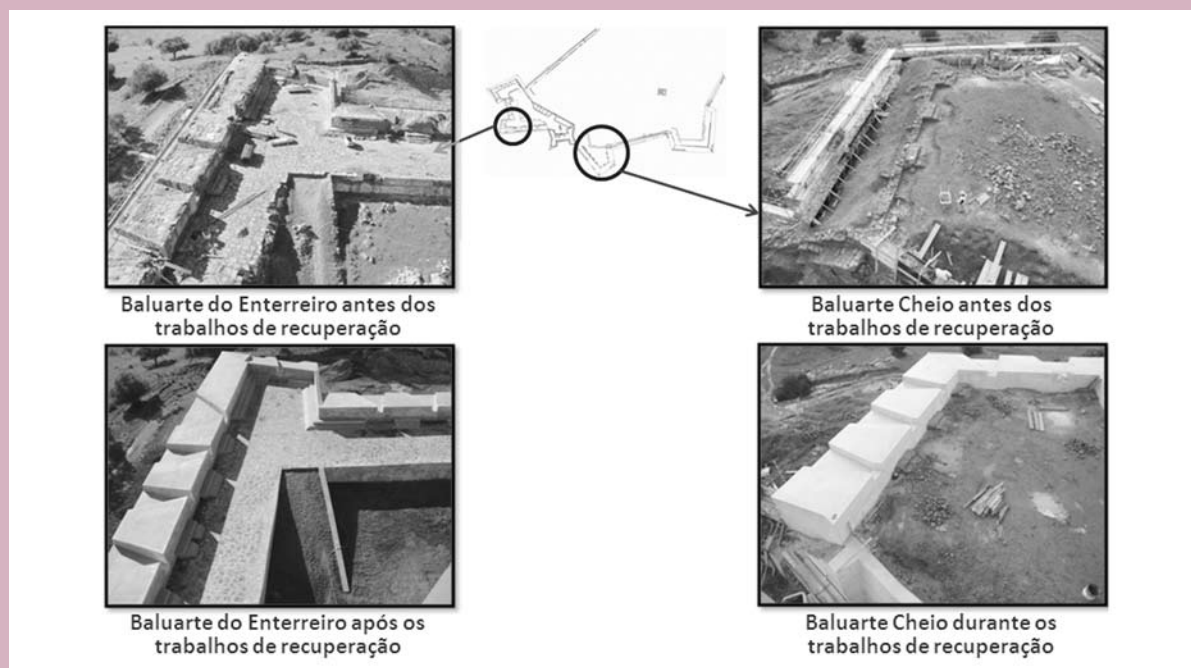


Fig. 9 - Análise comparativa entre os baluartes de Enterreiro e Cheio.

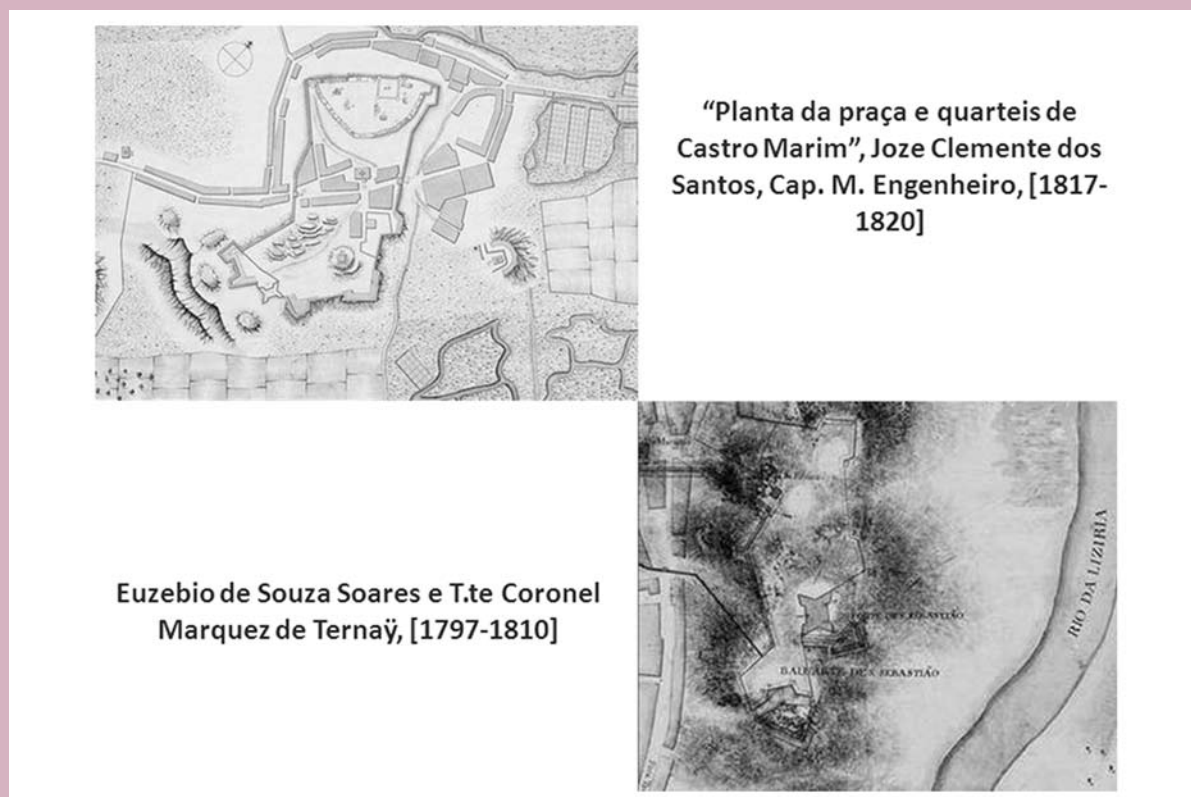


Fig. 10 - Cartografia que permitiu obter uma baliza cronológica para a construção da cortina do forte.

conforme se deduz de duas plantas levantadas entre 1797 e 1820 (Fig. 10).

Este faseamento proposto, em linhas gerais, para o Forte de São Sebastião (Recinto Central, Cerca Abaluartada e Cidadela) merece ainda comentários específicos, concretamente no que se refere a reparações e a reconstruções.

A observação das muralhas e dos respectivos aparelhos e técnicas de construção, bem como as múltiplas reparações de que foi alvo, torna evidente a fragilidade do edifício, o que justificou os trabalhos, nem sempre fáceis de situar cronologicamente, que visavam restaurar troços de muros desabados, ou em risco de desabar, ou fornecer-lhes mais consistência.

Tal situação poderá ter-se ficado a dever ao facto do tempo disponível para a construção inicial ter sido relativamente diminuto e, por outro lado, à escassez de mão-de-obra. Face ao surgimento de novas armas de fogo com maior capacidade destrutiva, era evidente a crescente necessidade de reforço das muralhas. De facto, se olharmos para o passado histórico do Forte, reparamos que as suas construções foram levadas a efeito em momentos de evidente dificuldade, o que confirma a fragilidade do edifício.

As reconstruções indiciadoras da referida fragilidade foram observadas no aparelho das paredes internas das muralhas, onde eram visíveis dois momentos construtivos, mas também no seu enchimento, que ocorreu em dois tempos distintos, mas coincidentes com os das paredes internas (Fig. 11 e 12).

Ainda no que se refere às reparações, deve dizer-se que estas parecem ter sido concretizadas de forma apressada e sem que tenha havido um particular investimento na sua qualidade. Tudo indica que, uma vez mais, a mão-de-obra escasseava e o recurso a matéria-prima era difícil. Prova disso era a existência de paredes de taipa, quer nas paredes internas quer externas do edifício, sem que se tivesse utilizado como reforço a alvenaria característica deste edifício. A queda de pequenos troços de muralha obrigou a uma rápida reconstrução, realizada com o aproveitamento da pedra resultante de desmoronamentos, que, quando não era suficiente, se substituiu por taipa (Fig. 13).

Também o friso ou cordão do exterior da



Fig. 11 - Indício de elevação das muralhas no aparelho das estruturas, Baluarte de Enterreiro.



Fig. 12 - Indício de elevação das muralhas observado no enchimento das estruturas, Baluarte de Enterreiro.



Fig. 13 - Cortina do Enterreiro. Paramento interior com um troço de taipa.

muralha, construído de raiz exclusivamente com tijolos, foi reparado com pedra (Fig. 14).

Infelizmente, não foi possível avançar qualquer tipo de proposta cronológica para as reparações, tendo em conta que estas terão ocorrido em momentos de dificuldade, impossibilitando assim qualquer tipo de documentação.

Sendo Castro Marim uma pequena vila que faz fronteira com o seu rival, era necessário reforçar aí as linhas de defesa, pelo que o Castelo não era suficiente para travar os contingentes inimigos. Por outro lado, o cabeço que se encontrava a Sul deste constituía um local favorável a um ataque que poderia ditar o fim do Castelo. Se as tropas inimigas se colocassem aí, facilmente alcançariam o Castelo com o disparo das suas armas, colocando por terra a defesa do mesmo (Lobo, 2003).

Perspiciamente, antes que tal sucedesse, procedeu-se à construção, naquele local, de um edifício defensivo, que asseguraria a continuidade da vila. Contudo, viviam-se tempos conturbados, e o Forte tinha que ser construído rapidamente e também com o menor esforço possível. Desta fase inicial, data o Reduto Central, tendo-se recorrido à matéria-prima existente na área envolvente para a sua construção, facto de que são ainda visíveis evidências, concretamente pedreiras localizadas a escassos metros (Fig. 15). O tempo era escasso e o sucesso defensivo estava dependente da rapidez de construção do Forte, que, por isso, foi construído sobre uma ermida dedicada a São Sebastião. A rapidez imposta pelas circunstâncias traduziu-se na pouca solidez construtiva.

A cerca apresenta uma configuração que poderá corresponder à original. O seu período de utilização foi curto, cerca de um século, ou até menos, tendo em conta que a sua construção foi posterior à do Reduto Central, que, lembramos data de 1641, deixa de ter utilidade com a criação da Cidadela, que ocorre em torno aos finais do século XVIII. Tal situação explicará o baixo número de reparos e o elevado estado de degradação, antes dos trabalhos de recuperação.

Sendo este um edifício militar, parece evidente a importância da relação entre a evolução construtiva e as técnicas defensivas.

Parece importante voltar a referir que, em 1774,



Fig. 14 - Baluarte do Enterreiro. Cordão apresentando dois tipos de matéria-prima diferentes.



Fig. 15 - Localização de uma das pedreiras ainda visíveis no interior da cerca abaluartada.

um relatório entregue ao Marquês de Pombal por Guilherme de Valleré informa do aspecto degradado e frágil das muralhas do Forte de São Sebastião de Castro Marim, o que talvez tenha sido decisivo nas reconstruções oitocentistas.

Tudo indica que as reconstruções de maior importância, concretamente a construção da cidadela e a consequente inutilização da Cerca, ocor-

reram no final do século XVIII e início do século seguinte, com o objectivo de fortalecer os muros defensivos face à nova artilharia pesada.

As muralhas da Cidadela, mais tardias, encontram-se vocacionadas para a defesa com canhões, apresentando inclusivamente canhoeriras nas denominadas cortinas, enquanto as características da muralha da Cerca, anterior, apontam para uma defesa mista ponderada, com canhões nos baluartes e mosquetes nas cortinas (Fig. 16)

Por último, não poderíamos deixar de fazer referência às plataformas de artilharia, ou de tiro, postas a descoberto no Baluarte das Lezírias, e integralmente construídas em alvenaria, o que é raro neste tipo de estruturas, onde, geralmente, se utiliza a madeira. Nos restantes baluartes, a técnica de construção destas estruturas terá sido a tradicional, com madeira, o que parece claro dada a altura a que se encontra a boca interna das canhoeriras do Baluarte Cheio (Fig. 17).

A inexistência de plataformas ou das suas evidências na Cidadela compreender-se-á pela



Fig. 16 - Diferenças defensivas entre a cidadela e a cerca abaluartada.

presença do lajeado no passadiço ou “caminho de ronda” que tornava possível as manobras de canhões, dispensando assim as plataformas. No entanto, tal realidade não invalida que tais estruturas aí se encontrassem, sendo possível admitir

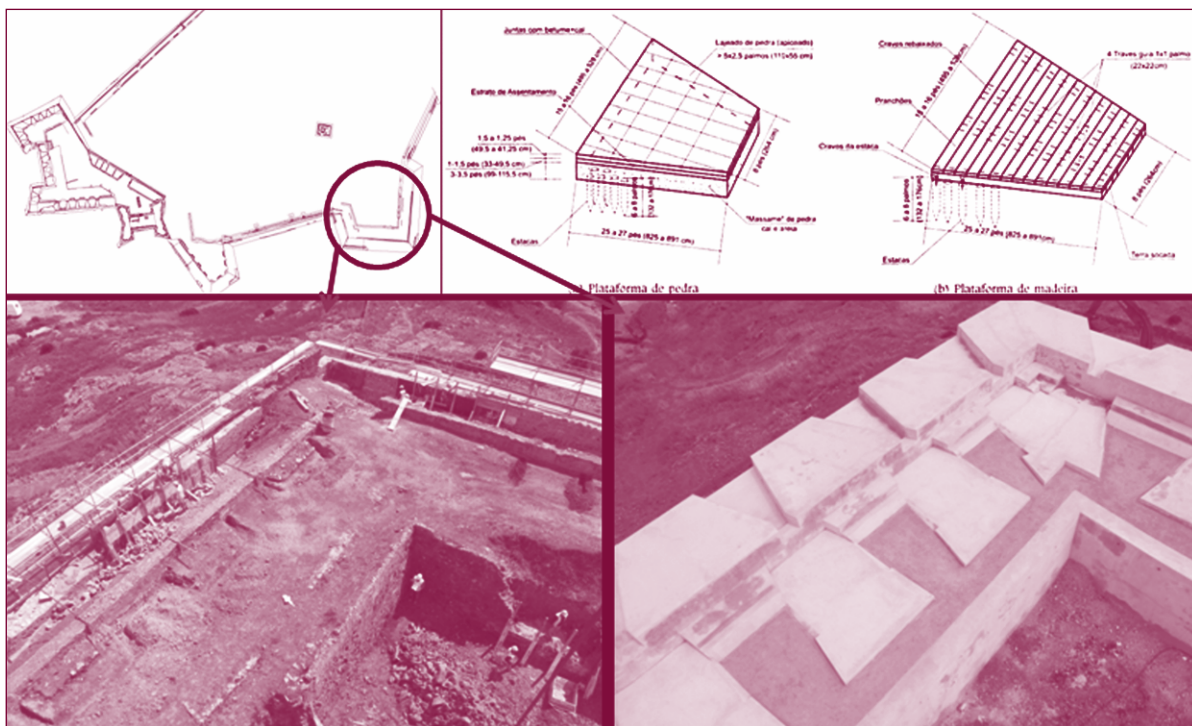


Fig. 17 - Baluarte das Lezírias antes e após a recuperação das plataformas de artilharia. Em cima e à direita; plataformas para peças de artilharia, de acordo com descrição em tratados de arquitectura militar. (In Mendonça de Oliveira, M. – As fortificações portuguesas de Salvador).

que tivessem sido simplesmente removidas aquando a reestruturação da Cidadela.

Os trabalhos arqueológicos de acompanhamento da obra de reconstrução e consolidação das muralhas do Forte de São Sebastião permitiram ainda confirmar a localização, no local, da ermida epónima.

No topo do Reduto Central, verificou-se a existência de terras vegetais concentradas numa mesma área, cuja remoção forneceu dados importantes sobre a presença de um edifício religioso no local. De facto, a sua existência encontrava-se já documentada, mas desconhecia-se o lugar exacto da sua implantação. Neste momento, um conjunto de elementos arquitectónicos suporta a hipótese de a ermida de São Sebastião ter sido absorvida pela construção do Forte (Fig. 18).

Referimo-nos a um friso e ao que terá sido a entrada principal da capela, entrada essa que estava já desprovida de pedra de cantaria, certamente aproveitada para o edifício militar seiscentista.

Atendendo às características do friso, e admitindo a sua contemporaneidade em relação à construção da capela, é possível apontar uma cronologia para esta última centrada nos finais do século XVI, ou início do século seguinte, sendo

portanto pouco anterior ao Forte. Contudo, e dada a impossibilidade de obter dados mais concretos sobre plantas, alçados, e construção, não afastamos a hipótese de o friso corresponder a uma qualquer reparação, podendo pois a capela ser anterior a tal cronologia.

Considerando os dados expostos, parece possível propor um faseamento construtivo para as configurações modernas do cerro de São Sebastião:

1. Num primeiro momento, talvez entre finais do século XVI e inícios da centúria seguinte, é erigida uma capela, dedicada a São Sebastião;

2. No início da década de 40 do mesmo século, mais concretamente no ano de 1641, é construído um edifício composto por quatro meios baluartes ligados por dois panos de muralha, ao qual se acedia por ponte levadiça e que incorpora a antiga ermida. É o chamado Reduto Central.

3. Numa fase posterior, que não podemos datar com precisão, é edificada a cerca abaluartada, constituída por cinco baluartes e cinco cortinas, as quais permitiam uma defesa mista de armas de grande porte e mosquete.

4. Na viragem do século XVIII para o século XIX, é criada a Cidadela do Forte, reduzindo o edifício militar ao reduto central, Baluartes do Enterreiro e de



Fig. 18 - Localização do abatimento de terras no topo do "reduto central", e dos elementos arquitectónicos da ermida de São Sebastião.

São Sebastião, Cortina que os une, que foi então construída. Simultaneamente, as muralhas são espessadas e elevadas, o caminho de ronda é alargado e provido de lajeado, facilitando o manuseamento dos canhões (Fig. 19)

IV. As ocupações antigas do Cerro de São Sebastião

O acompanhamento da obra de recuperação e consolidação do Forte de São Sebastião demonstrou-se de grande importância não só para a denominada “arqueologia da arquitectura”, mas também para a arqueologia propriamente dita. Assim, foi possível obter também algumas informações de

relevo acerca do local ocupado pela ermida de São Sebastião e, posteriormente, pelo edifício militar.

No decorrer dos trabalhos, foram efectuadas cinco sondagens arqueológicas manuais, duas no topo do Forte de São Sebastião, uma na área nuclear da Cidadela, uma no terraplino do Baluarte Cheio e uma junto a ele, mas no exterior da muralha. Três delas justificaram-se pelo desaterro previsto para o denominado Reduto Central e para o Baluarte Cheio, e as outras duas relacionaram-se com a necessidade de averiguar a existência de ocupações antigas e de minimizar os efeitos do impacto da empreitada sobre o património arqueológico comprovado pela identificação de uma estrutura pétrea que carecia de uma datação e interpretação (Fig. 20).

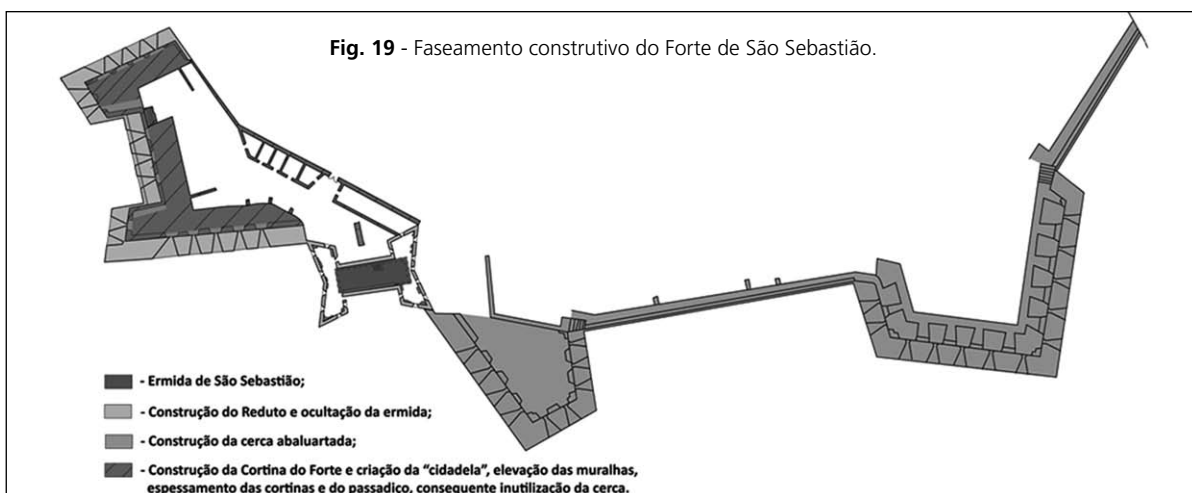


Fig. 20 - Planta com o total das sondagens realizadas no âmbito da empreitada de recuperação do edifício

Nas sondagens localizadas no topo do Forte, a realidade estratigráfica evidenciou estratos de argamassa intercalados com estratos de terra. Registe-se, contudo, que um destes últimos correspondia ao plano de um lajeado, cujos negativos foram detectados.

As mesmas sondagens do topo viriam também a confirmar a existência de ocupações antigas, com a recolha de materiais arqueológicos datáveis da Idade do Ferro e época romana, dos quais destacamos um bordo de ânfora de tipo Maña Pascual A4 de produção gaditana, dois fragmentos de ânforas itálicas de tipo Dressel 1 e um fragmento de tégula, todos provenientes de contextos de deposição secundária (Fig. 21 e 22).

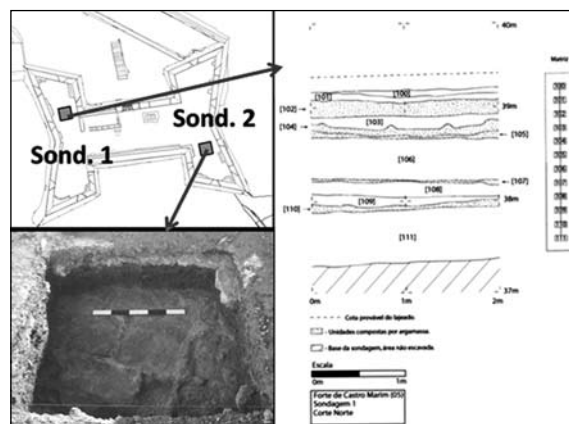


Fig. 21 - Localização das sondagens 1 e 2. À direita; Perfil Norte da sondagem 1. À esquerda e em baixo; Unidade correspondente aos negativos de um anterior lajeado do forte.

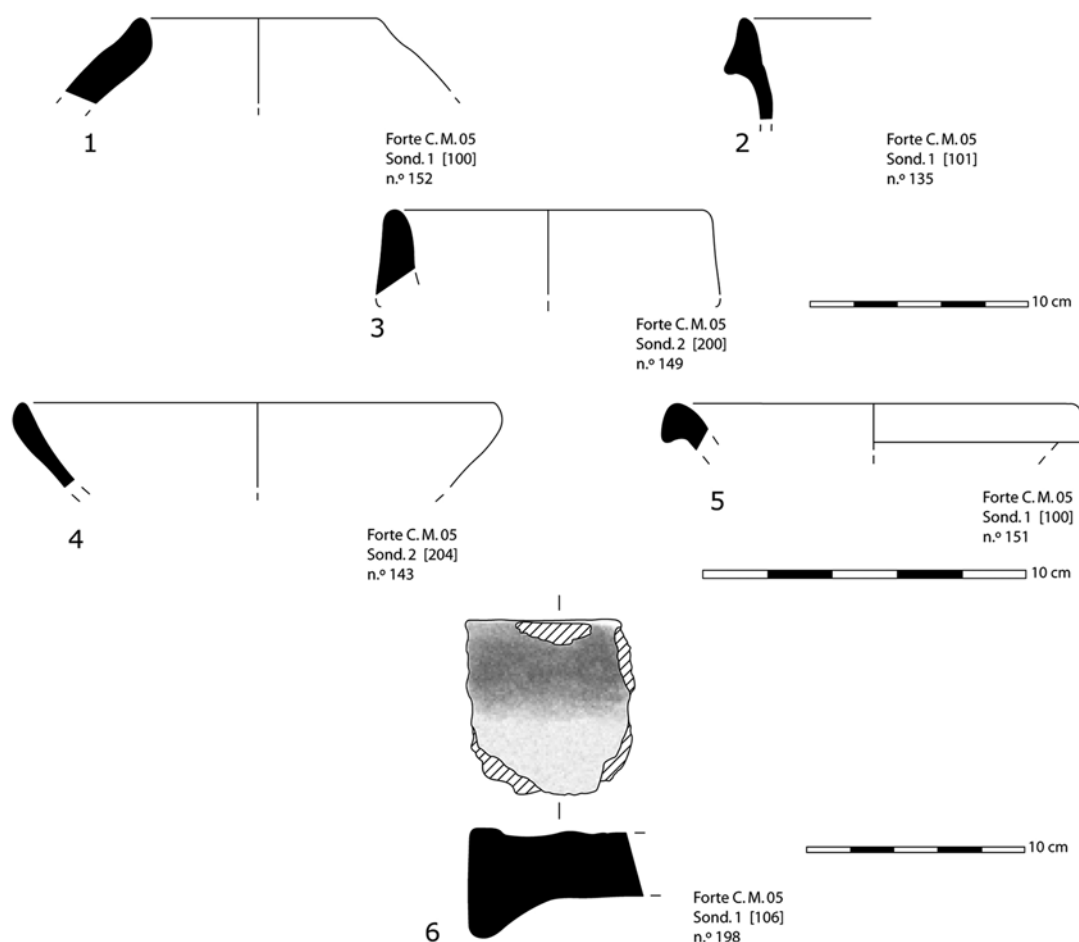


Fig. 22 – Materiais arqueológicos recolhidos nas sondagens 1 e 2. 1) Ânfora de tipo Maña Pascual A4 recolhida na sondagem 1; 2 e 3) Ânforas itálicas de tipo Dressel 1 recolhidas nas sondagens 1 e 2; 4 e 5) Cerâmica comum recolhida nas sondagens 1 e 2; 6) Tégula recolhida na sondagem 1

Não obstante, a quantidade de materiais antigos viria a aumentar significativamente com o desaterro do Reduto Central, que proporcionou um considerável conjunto de espólio que, infelizmente e mais uma vez, não disponha de contexto arqueológico seguro. O conjunto era constituído exclusivamente por cerâmicas de época republicana, concretamente Campaniense A, de “tipo Kuass”, um bordo de *kalathos*, um bordo de ânfora de tipo Castro Marim 1, ânforas Maña Pascual A4, ânforas Dressel 1, para além de cerâmica comum (Fig. 23).

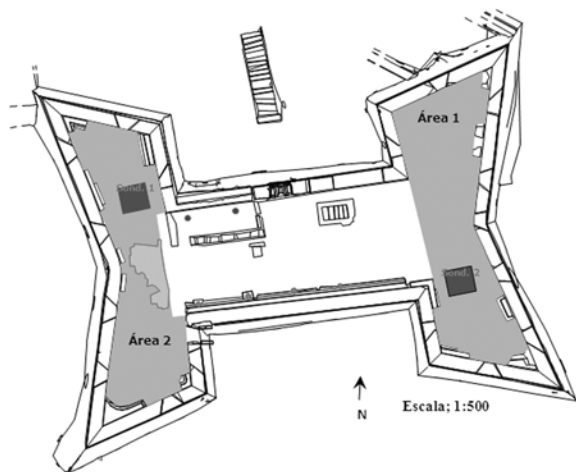


Fig. 23 – A cinzento, áreas onde decorreu a remoção de terras. Mapa de levantamento topográfico efectuado por Oz – diagnóstico, levantamento e controlo de qualidade em estruturas e fundações, Lda.

Na “área 1”, foram recolhidos nove fragmentos de ânforas, das quais importa destacar um bordo de uma “Castro Marim 1”, produzida na área de Cádiz (Fig. 24, N.º 1), três bordos do tipo D de Pellicer, com a mesma origem (Fig. 24, N.º 2 a 4), dois da forma Maña Pascual A4, de igual proveniência (Fig. 24, N.º 5 e 6) e um bordo de tipo Dressel 1, de importação itálica (Fig. 24, N.º 7).

Na área 1, foi ainda possível recolher um fundo de Campaniense A (Fig. 24, N.º 8) e um fragmento de bojo de cerâmica “tipo Kuass” de classificação impraticável, mas que apresentava, no entanto, o típico engobe que lhe é característico.

Da cerâmica comum recolhida, damos especial destaque a um bordo de tigela engrossado internamente (Fig. 24, N.º 9) e três fragmentos de potes/

panelas de bordo em aba pendente (Fig. 24, N.º 10 e 11).

No entanto, foi na “área 2” que se recolheu a maior quantidade de materiais arqueológicos, que aliás evidenciavam uma, relativamente grande, diversidade. Destes, destacamos um bordo de *Kalathos* (Fig. 26, N.º 1). Convém ainda referir, neste âmbito, que foi nesta área que se recolheu a maior quantidade de cerâmica Campaniense A.

Do material recuperado, foram passíveis de classificação dois bordos de ânforas enquadráveis no tipo D de Pellicer (Fig. 25, N.º 1 e 2). Dos 13 fragmentos de Campaniense A, apenas quatro puderam representar-se graficamente (Fig. 25, N.º 3 a 6), dois dos quais permitiram classificação tipológica, integrando-se nas formas 2283 (N.º 3) e 2233 (N.º 4) de Morel (Morel 1981), embora a última manifeste algumas diferenças substanciais em relação ao protótipo. O fragmento de cerâmica de “tipo Kuass” (Fig. 25, N.º 7) corresponde à forma X de Niveau (Niveau 2003). O fundo de cerâmica de paredes finas (Fig. 25, N.º 8) foi incluído na forma 1/2 de Mayet (Mayet 1975).

Finalmente, da cerâmica comum recolhida foram identificados seis fragmentos de tigelas de bordo aplanado (Fig. 26, N.º 2 a 4), quatro fundos de pequenas taças ou tigelas, um fragmento de bordo de um prato de peixe (Fig. 26, N.º 5), um fragmento de fundo da mesma forma, três fragmentos de bordos de potes/panelas (Fig. 26, N.º 6 e 7), um fragmento de tampa (Fig. 26, N.º 8) e dois fragmentos de alguidares. Importa referir que a cerâmica comum recolhida é, quase na totalidade, proveniente da área de Cádiz, exceptuando um fragmento de bordo de alguidar, de importação itálica.

Não obstante, comparando as duas áreas, foi na “área 2” que se exumou a maior quantidade de materiais, cerca de 55 fragmentos, o que leva a discutir a procedência dos mesmos. A maioria dos materiais presentes no enchimento do Forte poderão ser provenientes da área mais próxima a este, uma vez que o edifício foi construído em período de guerra com mão-de-obra escassa, fazendo sentido defender que as terras que preenchiam o espaço entre os paramentos interno e externo das muralhas tivessem sido recolhidas em área próxima (Fig. 27). A reforçar esta hipótese está o facto de, na zona

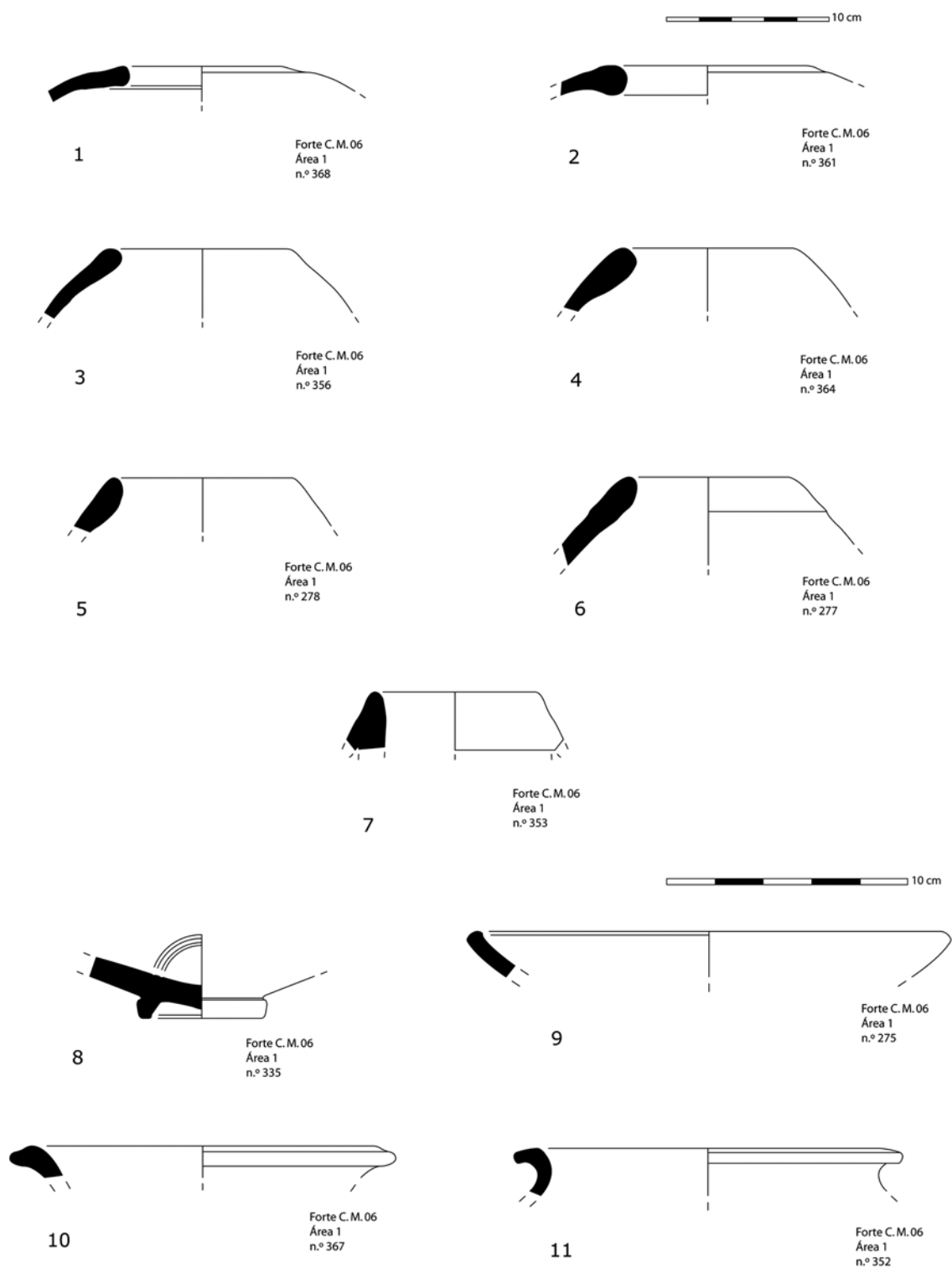


Fig. 24 – Materiais recolhidos na “área 1”.

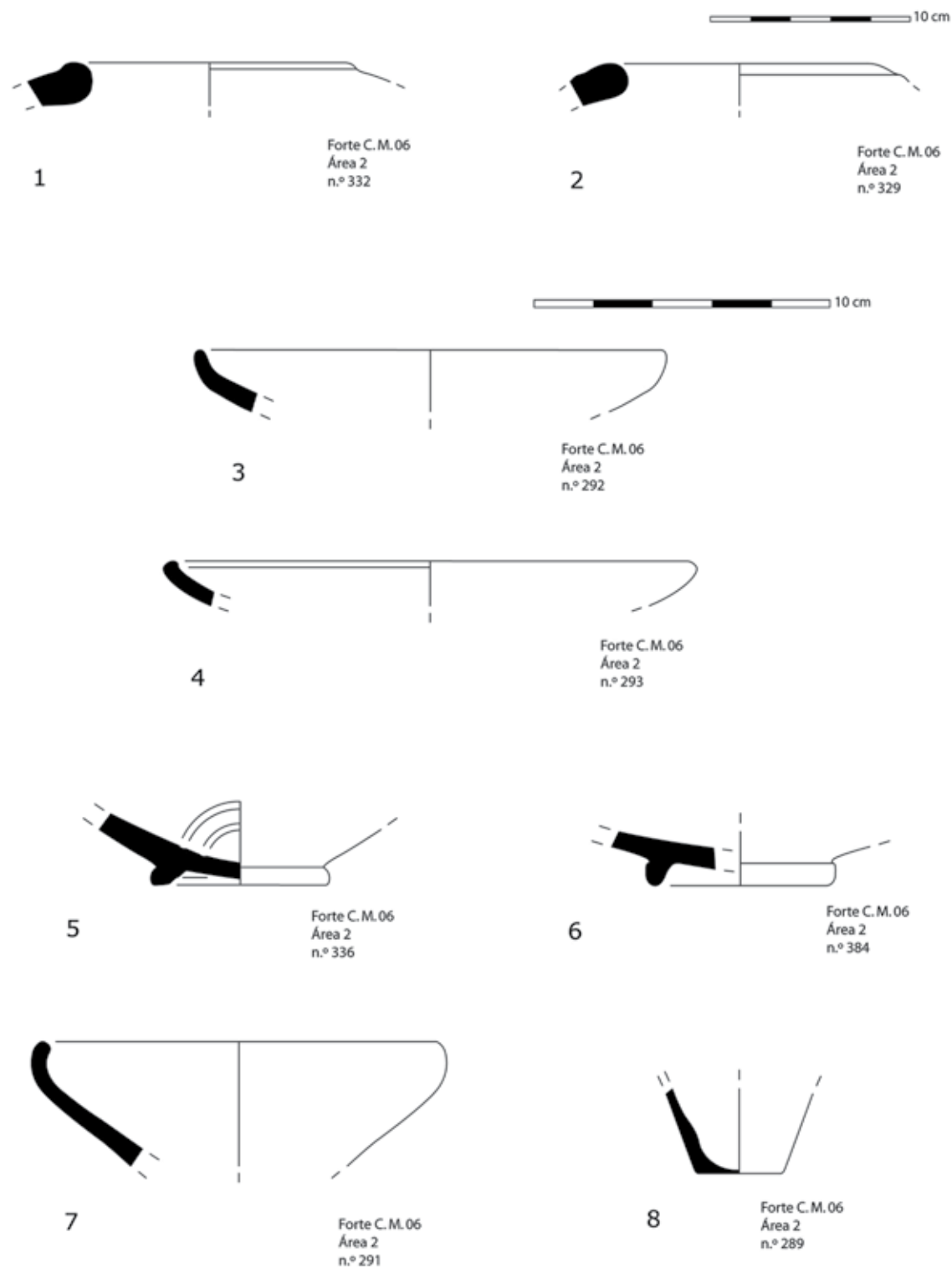


Fig. 25 – Materiais recolhidos na “área 2”.

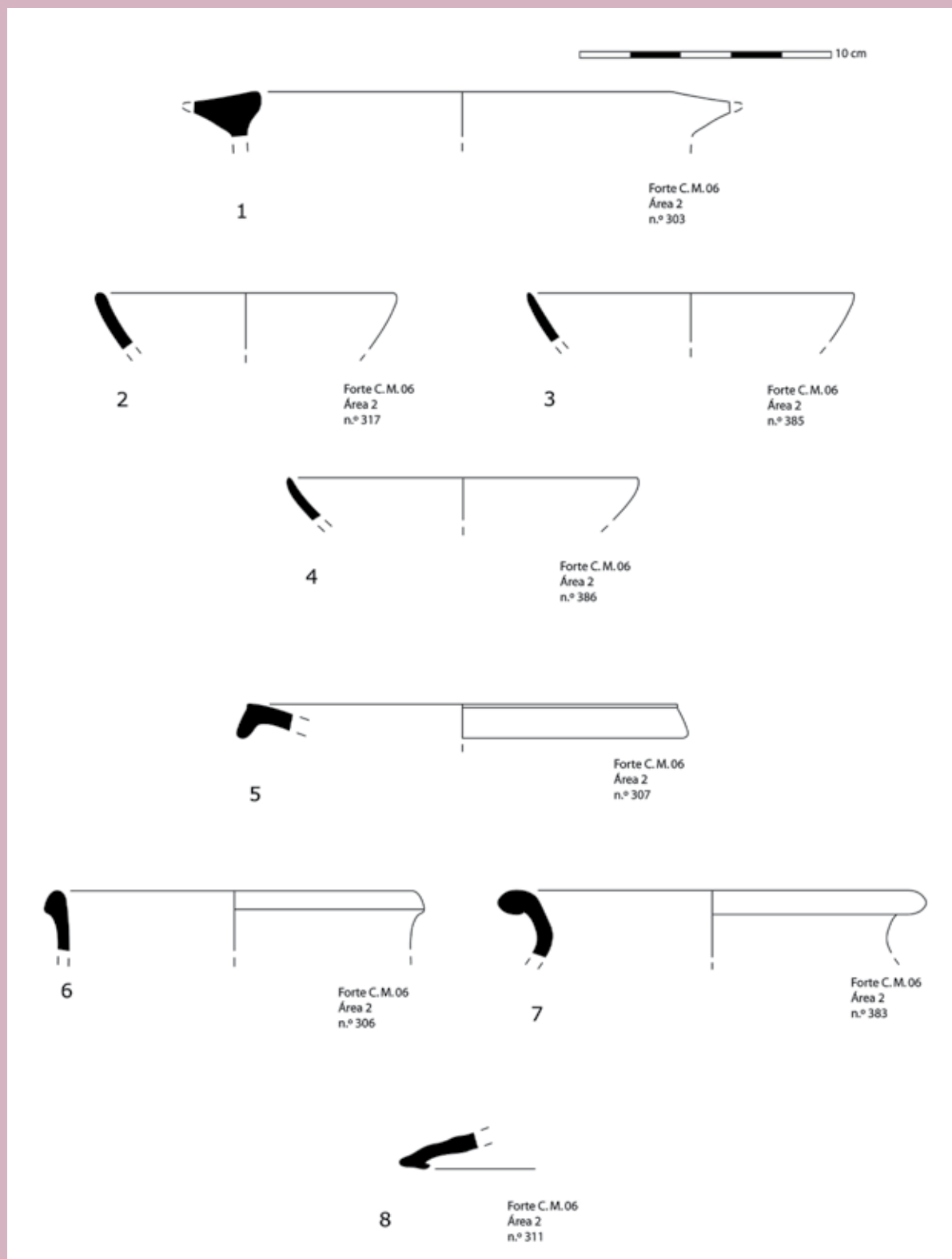


Fig. 26 – Materiais recolhidos na “área 2”.

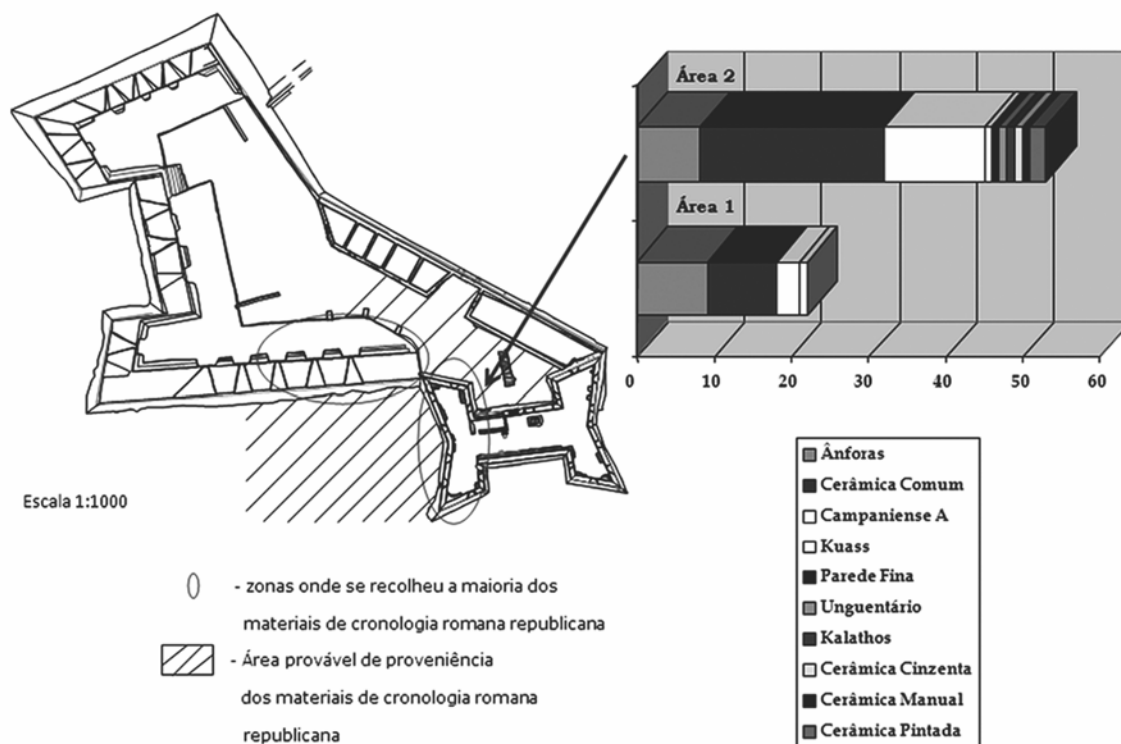


Fig. 27 – Quantificação dos materiais recolhidos por áreas e sua presumível proveniência.

envolvente, o afloramento rochoso se encontrar, quase na totalidade, visível. Contudo, não descartamos de todo que alguns dos materiais sejam provenientes de outras zonas próximas do Forte.

Com a recolha destes materiais fortalecia-se a tese de que o cabeço onde se edificou o forte de São Sebastião teria sido ocupado na antiguidade, razão pela qual foi decidido que deveria ser realizada uma terceira sondagem arqueológica naquela que poderia ser a área onde o subsolo se encontraria conservado, a “cidadela”. Com efeito, a realização desta demonstrou-se bastante esclarecedora, tendo constituído a corroboração dos dados auferidos até então (Fig. 28).

Esta sondagem trouxe outros dados sobre esta ocupação antiga do cabeço onde se ergueu o Forte de São Sebastião, uma vez que foi possível, por fim, associar materiais a estruturas.

A quase totalidade do espólio recolhido é de cronologia coeva, com excepção de apenas dois fragmentos de cerâmica vidrada moderna, exumados

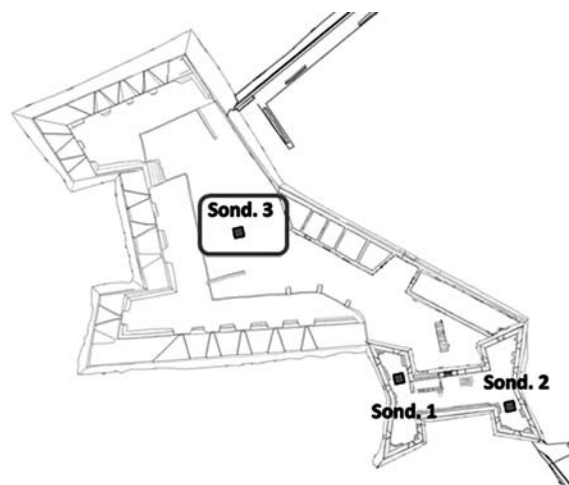


Fig. 28 – Localização da sondagem 3.

no estrato de superfície. O conteúdo do inventário dos materiais desta sondagem contabiliza um número próximo da centena, entre cerâmicas e metais, cuja descrição e caracterização sumárias se apresentará de seguida.

Infelizmente, a área aberta conta com apenas 4m², o que dificulta a interpretação e leitura dos dados obtidos. Ainda assim, contribuiu de forma decisiva para a confirmação da ocupação antiga do local. Foi detectada uma estrutura, ligeiramente inclinada para um dos lados, e que estava claramente associada a uma pequena lareira circular simples. A estrutura assentava directamente sobre o geológico, o qual foi afeiçoado num dos lados para que esta pudesse permanecer nivelada. Para a sua implantação foi realizado um pequeno corte no substrato geológico, justamente no lado mais elevado e permitindo a detecção de uma vala fundacional, na qual se recolheu um fragmento de cerâmica Campaniense A (Fig. 29).

A unidade que se encontrava associada simultaneamente à estrutura e à lareira ofereceu um conjunto apreciável de materiais, entre os quais se contam: um fragmento de ânfora de tipo indeterminado (Fig. 30, N.º 1), um fragmento de bordo de cerâmica de Paredes Finas (Fig. 30, N.º 2) da forma II de Mayet (Mayet 1975), um cossoiro

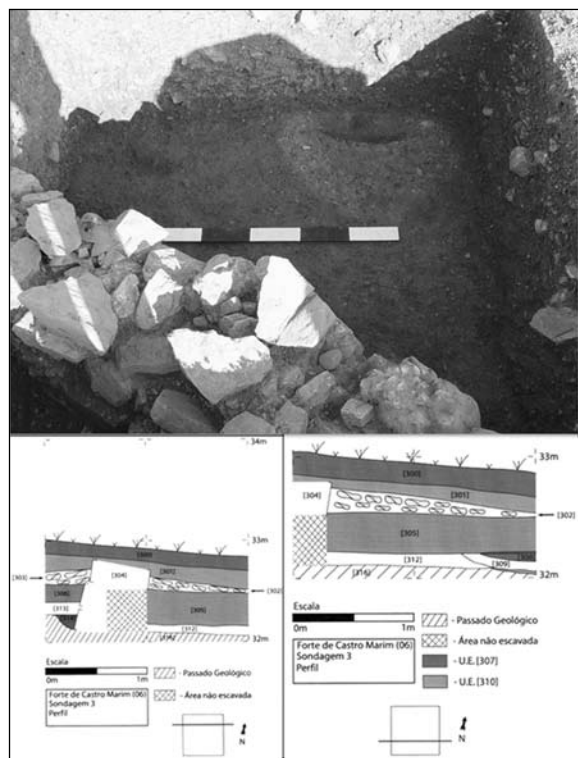


Fig. 29 – Perfis estratigráficos da sondagem 3 e imagem da estrutura e lareira.

(Fig. 30, N.º 3) e cerâmica comum com origem na área de Cádiz. Neste último grupo, verifica-se a presença de tigelas de bordo espessado internamente (Fig. 30, N.º 4 a 6), tampas e potes/panelas (Fig. 30, N.º 7 e 8).

Não poderíamos deixar de fazer uma breve referência ao estrato [306], unidade que se encontra do lado Oeste da estrutura, onde se recolheram alguns materiais de relevo. Referimo-nos a um bordo tigela de produção gadiatana, um cossoiro, uma cavilha de cobre, um prego de bronze e duas lâminas de ferro (Fig. 31). Como já foi referido, a limitada área aberta não permitiu compreender qual seria o interior e exterior do compartimento. Se tivermos em conta a presença da lareira, o interior poderia corresponder ao lado Este da parede. Contudo, se tivermos em conta os materiais presentes neste último estrato, poderia corresponder ao lado Oeste. Assim, não resulta fácil compreender quais as áreas externas e internas, o que somente futuros trabalhos de escavação poderão confirmar.

O corte efectuado no substrato geológico para a implantação da parede observada neste local, que corresponde, de certa forma, a uma vala de fundação, revelou-se de grande importância, no que se refere à determinação da cronologia desta ocupação. O fragmento de cerâmica Campaniense A recolhido nesse contexto permite apontar uma datação centrada entre o último quartel do século II a.C. e o primeiro da centúria seguinte, datação que aliás não difere da que é possível deduzir do espólio encontrado nas unidades que cobriam a estrutura (Fig. 32).

A realização da sondagem 5 veio trazer outros dados sobre as ocupações antigas deste sítio, nomeadamente no que se refere à Idade do Ferro (Fig. 33). Também aqui, sob a muralha do Baluarte Cheio, e no seu exterior, foi identificada uma estrutura de alvenaria, com uma altura conservada entre 10 e 40 cm, que foi infelizmente truncada por uma vala aberta há poucos anos (Fig. 34). Este facto, mas sobretudo a construção do forte, afectaram a conservação dos estratos relacionados com esta parede, à qual pudemos, contudo, associar alguns materiais, cronologicamente atribuíveis à Idade do Ferro.

Referimo-nos a um fragmento de bordo de

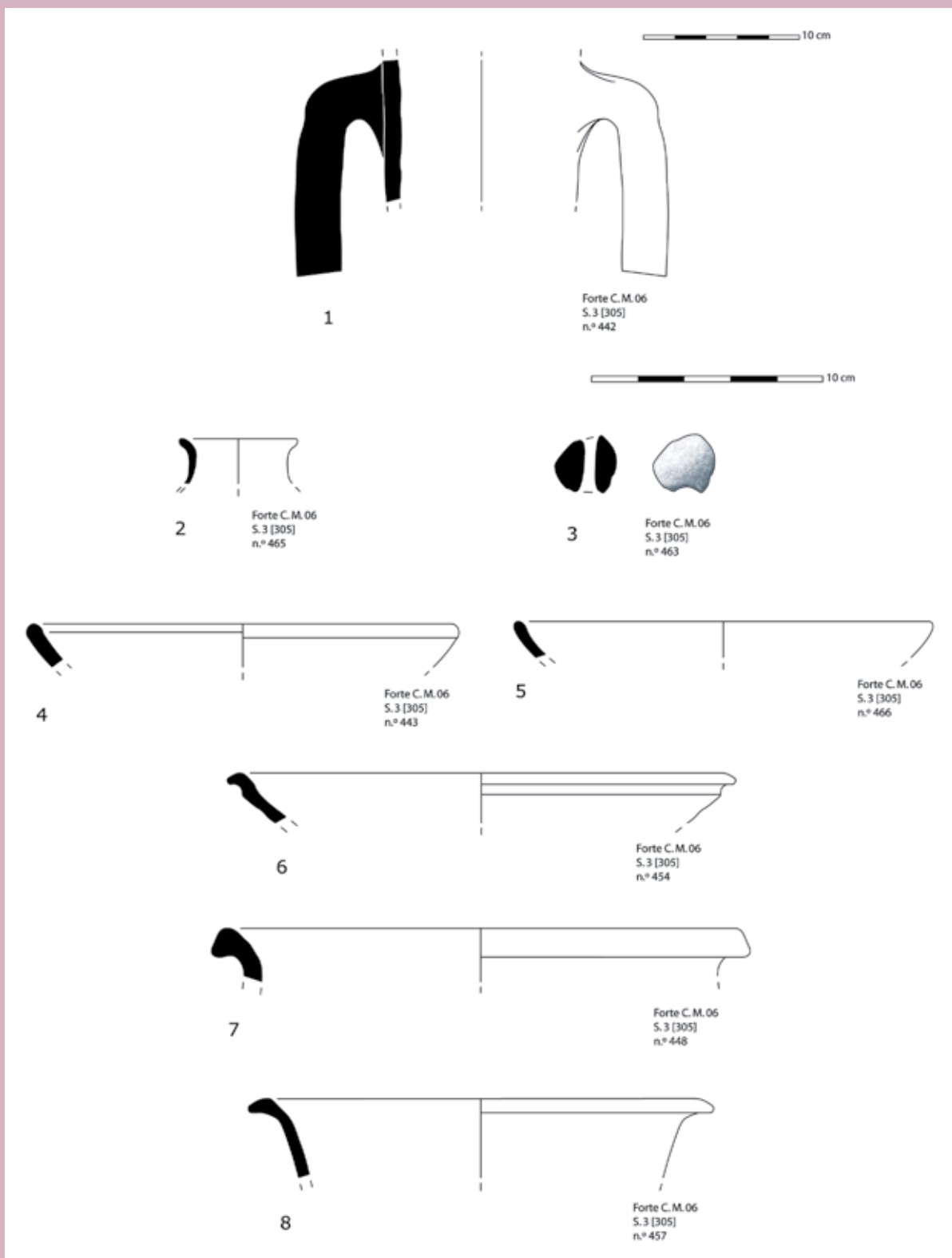


Fig. 30 – Materiais arqueológicos recolhidos na unidade [305] da sondagem 3.

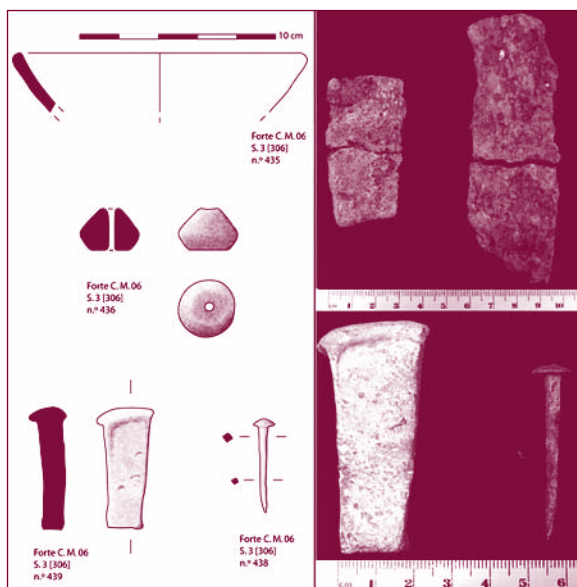


Fig. 31 – Materiais arqueológicos recolhidos na unidade [306] da sondagem 3.

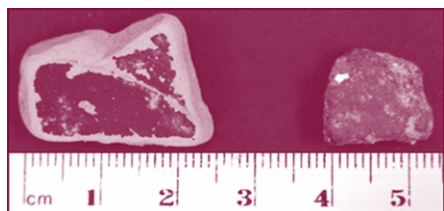


Fig. 32 – Fragmento de cerâmica campaniense A e manual recolhidos na unidade [314] da sondagem 3, correspondente ao enchimento da vala de fundação.

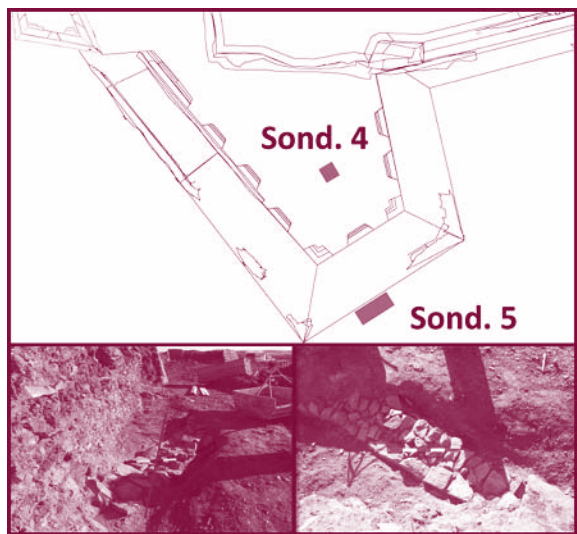


Fig. 33 – Localização da sondagem 5 e estrutura identificada sob a muralha do baluarte Cheio.

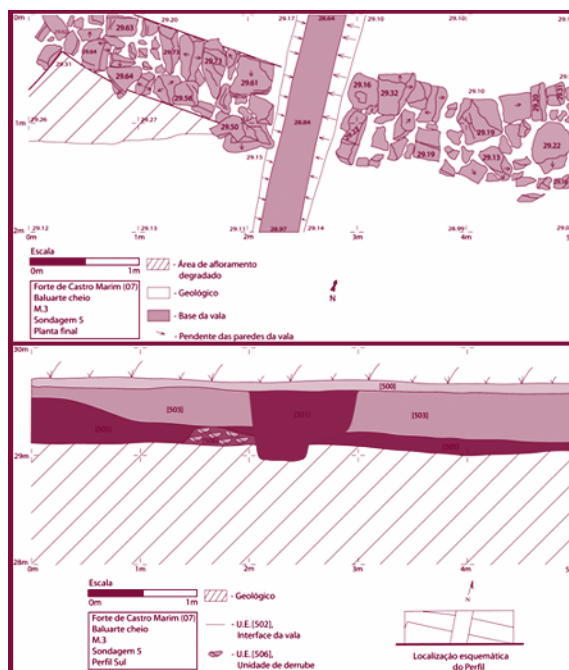


Fig. 34 – Evidências da vala identificada que destruiu parcialmente a estrutura arqueológica e perfil correspondente.

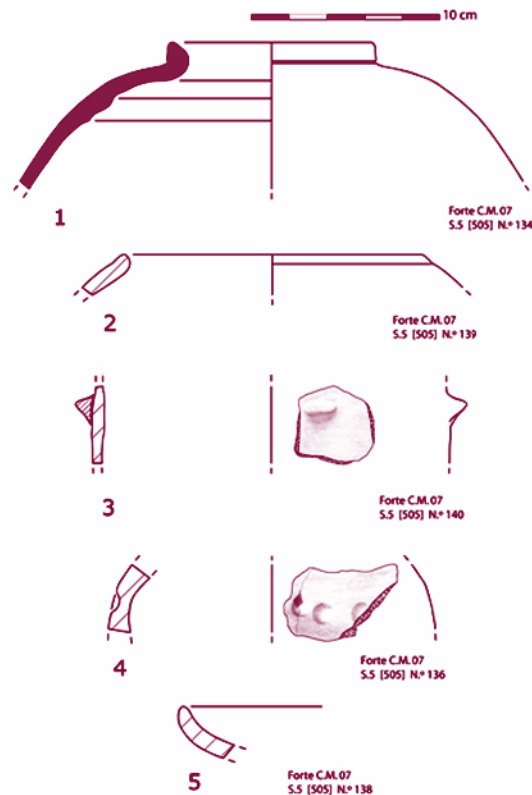


Fig. 35 – Materiais arqueológicos recolhidos na sondagem 5.

uma ânfora de tipo R1 (Fig. 35, N.º 1), da série 10.1.2.1 da tipologia de Ramon Torres, datável entre meados do século VII a.C. e os meados do século seguinte (Ramon Torres 1995, p. 230). Este tipo encontra-se amplamente presente no Ocidente Peninsular, havendo sido recolhidos exemplares também no Castelo de Castro Marim.

Associados ao fragmento da ânfora de tipo R1, foram recolhidos alguns fragmentos de cerâmica manual (Fig. 35, N.º 2 a 5), dos quais damos especial destaque a dois exemplares decorados os quais oferecem uma baliza cronológica mais ampla (N.º 4), podendo atingir o século V a.C., mas que, com toda a certeza, conviveram com a referida ânfora.

Não poderíamos terminar esta apresentação sem fazer uma análise mais geral dos materiais arqueológicos antigos recolhidos durante o acompanhamento da empreitada de recuperação do Forte de São Sebastião, tendo em conta a sua proveniência. A contabilização total aponta para uma quantidade de 140 fragmentos, a maioria deles, cerca de 115, provenientes de duas zonas específicas, o enchimento do topo do reduto central e a área contígua à Cortina de São Sebastião, tendo os restantes 25 outras proveniências (Fig. 36).

Os motivos que levaram à destruição do subsolo nestas áreas são claros, mas distintos. Por um lado, o Reduto Central do Forte, por ser a parte mais elevada do edifício, necessitou de ver entulhado parte do seu interior de forma a constituir uma plataforma de ocupação, sendo para tal necessário uma grande cubicagem de terras. Estas terras, cheias de materiais arqueológicos de época republicana, serão certamente provenientes de desaterros de áreas próximas, que certamente destruíram os vestígios de uma ocupação anterior.

Por outro, a área anexa à Cortina de São Sebastião funcionou como pedreira durante a construção do forte. As terras sobre a rocha foram então decapadas, assim como os eventuais vestígios de estruturas romano-republicanas e mesmo anteriores, que após a obtenção de pedra voltaram a ser espalhados na mesma área. A pedreira é ainda hoje visível e as terras que se acumulam nas suas imediações apresentam uma elevada concentração de materiais arqueológicos (Fig. 37).

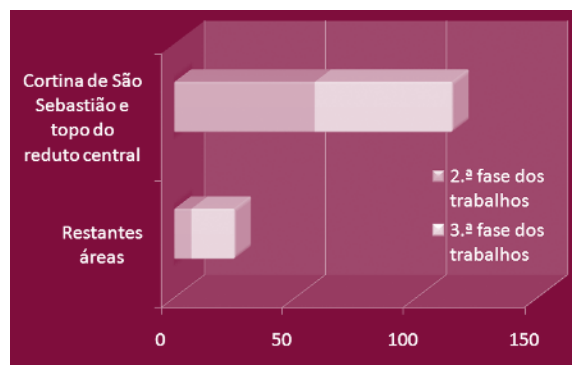


Fig. 36 – Quantificação e proveniência dos materiais arqueológicos recolhidos no decorrer do acompanhamento arqueológico.

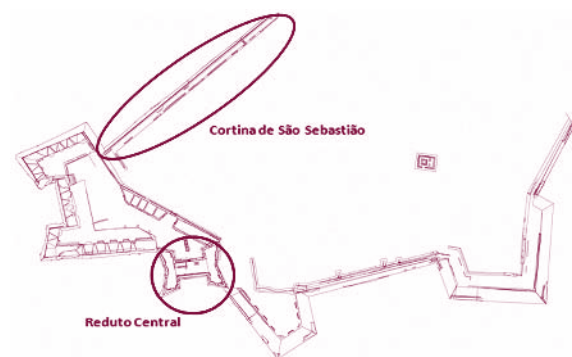


Fig. 37 – Localização das duas áreas onde se recolheu uma maior quantidade de materiais arqueológicos.

A grande concentração de materiais no Reduto Central e no espaço anexo à Cortina de São Sebastião (do total do espólio recolhido no Forte, 80% é daqui proveniente) justifica a proposta de localizar nesta área o núcleo de ocupação antiga, a qual corresponderia, sensivelmente, ao topo do cabeço, antes das profundas alterações efectuadas durante a construção do edifício seiscentista (Fig. 38).

O espólio recolhido englobava algumas ânforas da Idade do Ferro, concretamente uma R1 (Fig. 39, N.º 1), de tipo 10.1.2.1 de Ramón Torres, e outras de tipo B/C e D de Pellicer (Fig. 39, N.º 2 a 4). Os espólios tardo-republicanos são consideravelmente mais numerosos e incluem cerâmica Campaniense A, formas 27 e 31 (Fig. 40, N.º 8 e 9), ânforas dos tipos Dressel 1 (Fig. 40, N.º 7), Castro Marim 1 (Fig. 40, N.º 1 e 2), Maña C2 (Fig. 40, N.º 3 a 5), 9.1.1.1 (Fig. 40, N.º 6) e ainda cerâmica de tipo Kuass (Fig. 40, N.º 10 e 11), da forma II de Niveau (N.º 10)

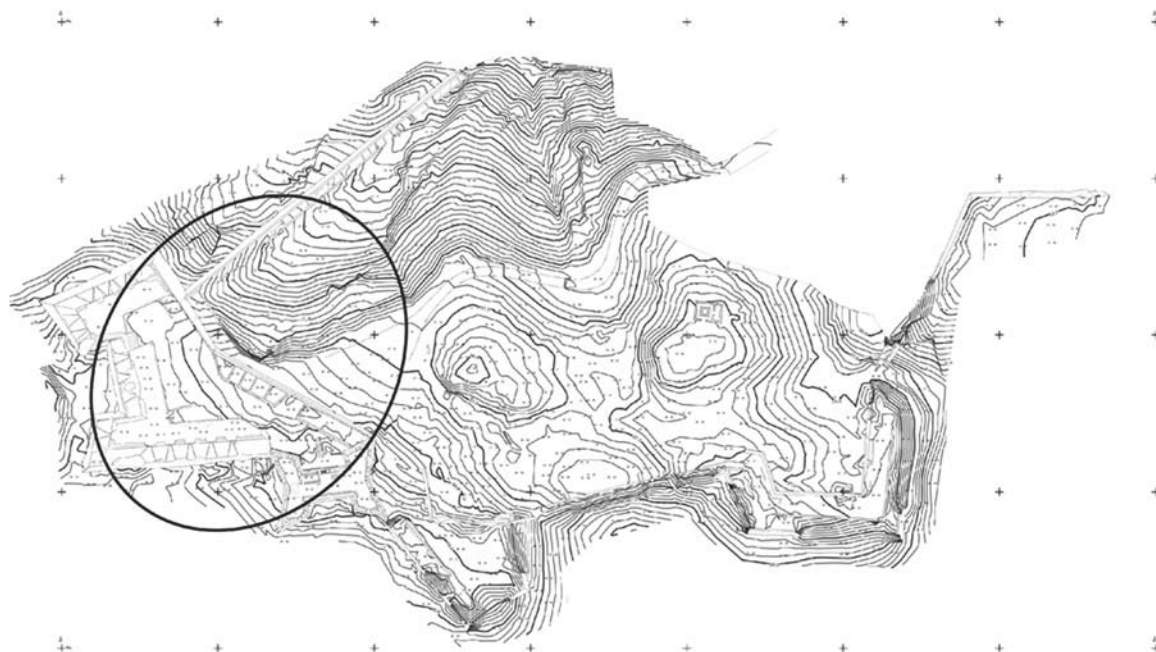


Fig. 38 – Proposta da área ocupacional durante o período romano-republicano.

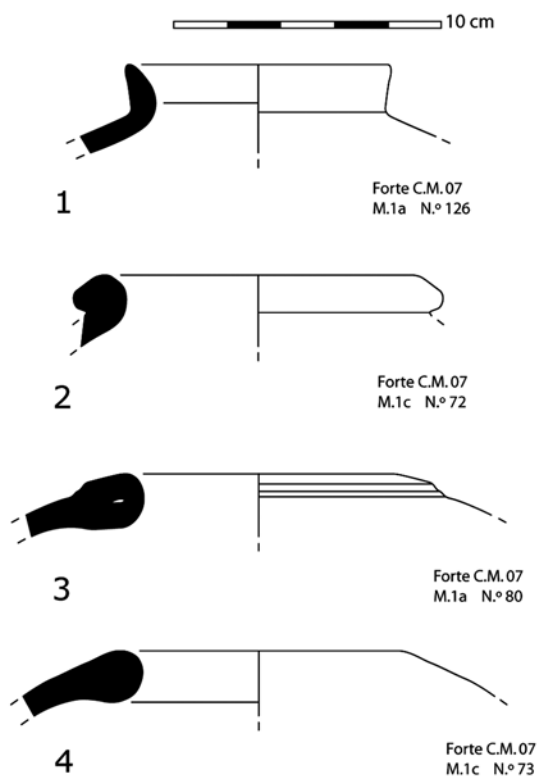


Fig. 39 – Ânforas recolhidas na área contígua à cortina de São Sebastião da Idade do Ferro.

e cerâmica comum, com tigelas, potes/panelas e alguidares.

Parece importante fazer ainda uma análise mais detalhada dos conjuntos materiais recuperados no Forte de São Sebastião, de modo a ser possível lê-los e compreendê-los num contexto mais vasto, de âmbito local e regional, mas também supra regional.

Os materiais atribuíveis à Idade do Ferro não são abundantes, mas o facto de alguns deles terem aparecido em contexto primário, UE [505], e em clara associação a uma parede (U.E. [509]), permite que os valorizemos de acordo, também, com o que conhecemos do vizinho Castelo, dadas as grandes afinidades com os que aí foram recolhidos.

As ânforas R1 integram-se no tipo 10.1.2.1 de Juan Ramón (1995), e são em tudo idênticas às que abundantemente se registam na colina onde, na Idade Média, se ergueu o Castelo (Arruda, 1999/2000; Arruda, 2005). A cronologia da sua produção e comercialização situa-se entre os meados do século VII a.n.e. e os meados do século seguinte.

Uma destas ânforas foi recolhida em estrato que ofereceu também cerâmicas manuais, algumas das quais são decoradas (Fig. 35). As formas

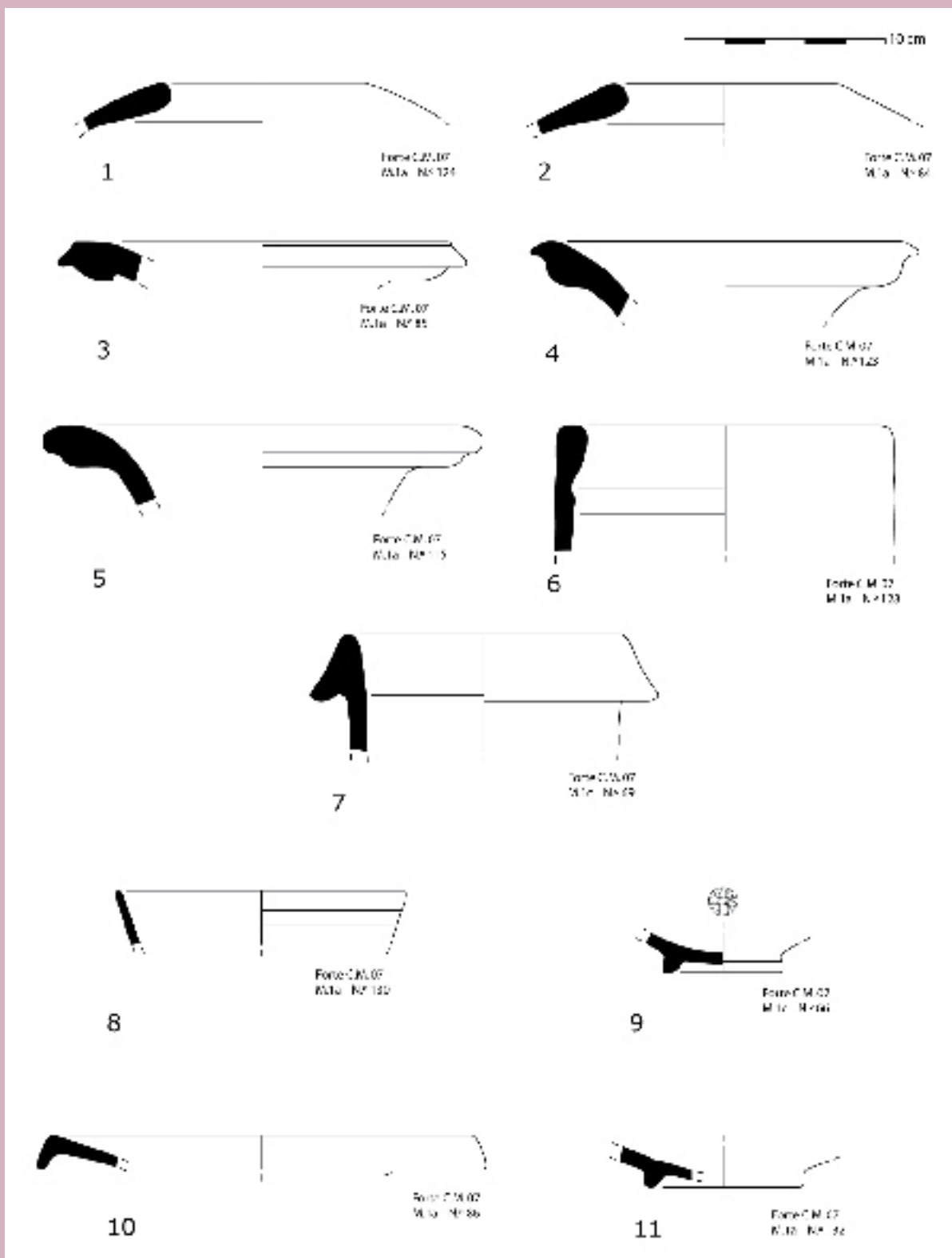


Fig. 40 – Materiais recolhidos na área contígua à cortina de São Sebastião do período romano-republicano.

correspondem a taças e panelas/potes, uma das quais possui pega (Fig. 35, N.º 3) e outra decoração digitada sobre a parede externa (Fig. 35, N.º 4). É também o Castelo que oferece os melhores e mais próximos paralelos para a cerâmica manual do Forte de São Sebastião, devendo referir-se que as mesmas formas e as mesmas decorações estão aí presentes em contextos datáveis dos séculos VII/VI, ainda que a decoração digitada tenha sido reconhecida ainda em momentos avançados do século V (Oliveira, 2006).

De qualquer forma, e no caso do Forte, a associação contextual destes fragmentos de cerâmica manual à ânfora 10.1.2.1. permite aceitar uma cronologia dos finais do século VII e do VI.

Do século V a.n.e. serão as ânforas de tipo B/C de Pellicer (1978; 1982), que no Forte foram recolhidas sem contexto arqueológico seguro (Fig. 41, N.º 1 a 3), mas que têm os seus melhores paralelos no Castelo, onde se encontraram em níveis datados dos inícios da segunda metade do 1º milénio (Arruda, 2000, 2001; Arruda *et al.*, 2006). A mesma cronologia deve ser atribuída ao exemplar Mañá Pascual A4 (Fig. 41, N.º 4), de tipo 11.2.1.3. de Ramón, também reconhecida no Castelo de Castro Marim nos referidos níveis (*ibidem*).

Em relação ao espólio do período republicano, parece obrigatório começar por referir a sua homo-

geneidade cronológica. Com efeito, os materiais que se recolheram, quer em contexto de deposição primária quer em níveis revolvidos, apresentam características que permitem discutir a ocupação romana deste sítio em contexto mais vasto, concretamente tendo em consideração as presenças romano-republicanas do Castelo, uma vez que as datações propostas para a maioria deles não se compaginam com as que foram atribuídas para os espólios da colina localizada a NE.

As ânforas Dressel 1 de produção itálica dominam enquanto forma, ainda que as produções da baía de Cádiz sejam, no conjunto do material anfórico, mais numerosas. De facto, entre as 25 ânforas recuperadas durante os trabalhos de campo, 15 exemplares enquadram-se morfologicamente em modelos anteriores, puniceizantes. Trata-se dos tipos Castro Marim 1 (cinco exemplares), Mañá Pascual A4 (cinco), Mañá C2 (quatro), e 9.1.1.1. (uma), tipos que tinham já sido reconhecidos nos séculos II a.C., mas também no século seguinte, em vários sítios. No primeiro dos casos, pode citar-se o conjunto de Lisboa, onde esta associação de tipos anfóricos foi também documentada entre 140-130 a.n.e., ainda que as greco-italicas e as tripolitanas antigas também constem do inventário (Pimenta, 2005). No Algarve, o caso de Monte Molião é paradigmático, com níveis de ocupação datados dos finais do século

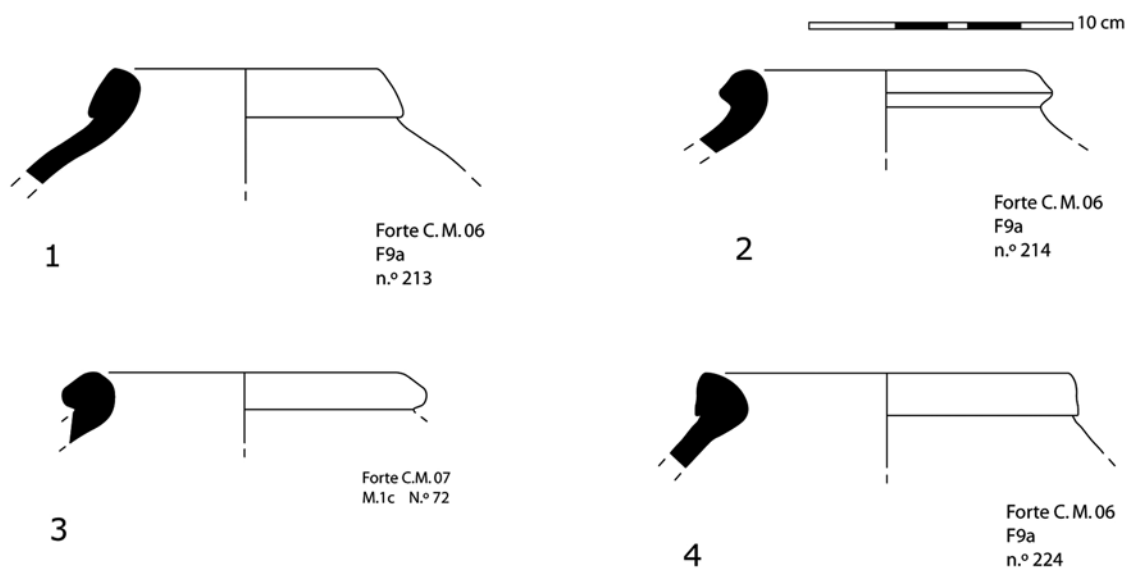


Fig. 41 – 1 a 3) Ânforas de tipo B/C de Pellicer recolhidas no Forte, 4) ânfora de tipo Mañá Pascual A4.

II a oferecerem também Maña Pascual A4, Maña C2 e Tripolitana Antiga (Arruda *et al.*, neste mesmo volume).

A ampla cronologia da produção das ânforas do Forte de São Sebastião, quer das produções da área de Cádiz, quer das Dressel 1, não permitiria, por si só, grandes conclusões em termos cronológicos precisos. Mas o número muito significativo de importações italianas e sobretudo a ausência de quaisquer contentores produzidos no Guadalquivir, sugere uma cronologia de ocupação relativamente antiga, mais concretamente dos finais do século II a.C. Esta cronologia está também suportada pelos outros espólios associados, como é o caso, por exemplo, e como veremos já de seguida, da cerâmica campaniense.

A importação de cerâmicas ditas finas está documentada pela cerâmica Campaniense de tipo A (26 fragmentos), dos quais alguns puderam classificar-se como pertencentes às formas 5/7 (Fig. 25, N.º 3), 27 (Fig. 40, N.º 8), 31 (Fig. 40, N.º 9) e 55 (Fig. 25, N.º 4) de Lamboglia (1952). Todas estas formas foram produzidas no final do século II, e a ausência de qualquer fragmento de Campaniense B, ou do Círculo da B, reforça a cronologia proposta.

A cerâmica de paredes fina está representada por um único bordo, que pertence a um copo da Froma I/II de Mayet (Fig. 25, N.º 8), forma antiga no contexto deste tipo cerâmico.

A produção da chamada cerâmica de “tipo Kuass” em época republicana foi já comprovada para a área de Cádiz (Bernal Casasola *et al.*, 2004, Niveau de Villedary y Mariñas, 2004) e também para o território actualmente português (Sousa, 2005; Sousa e Serra, 2005; Arruda *et al.*, neste mesmo volume). No Forte de São Sebastião, as formas representadas são a II (Fig. 42, N.º 1) a V (Fig. 42, N.º 2) e a X (Fig. 42, N.º 3), de Niveau de Villedary y Mariñas (2003), típicas da época republicana, o que é defensável pela ausência da canelura junto ao bordo no primeiro dos casos, e pela cronologia tardia do início da produção, da segunda e terceira formas.

O fragmento de *Kalathos* identificado (Fig. 26, N.º 1) contribui para a datação do conjunto, uma vez que estes vasos ibéricos, de produção valenciana, têm sido encontrados em contextos da segunda

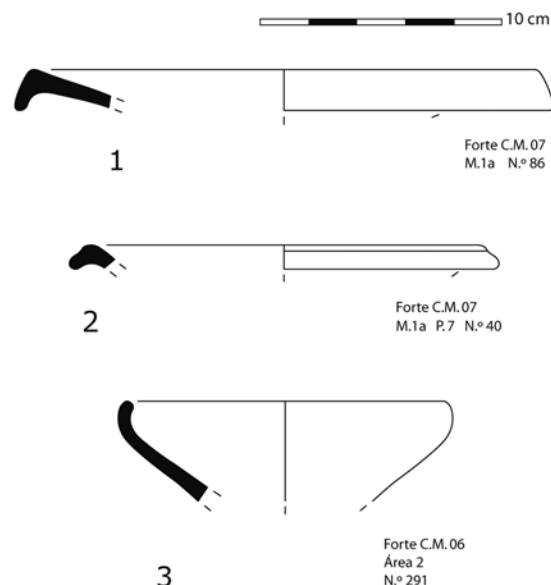


Fig. 42 – Cerâmica de “tipo Kuass” recolhida no Forte de São Sebastião.

metade do século II, quer no actual território espanhol (Ribera y Lacomba, 1998), quer em Lixus (Aranegui Gascó, *et al.*, 2001). Em Portugal, estes recipientes são conhecidos em níveis com esta cronologia, concretamente em Monte Molião (Sousa e Serra, 2005 e Arruda *et al.*, neste volume) e no Castelo de São Jorge, em Lisboa (Pimenta, 2005) e ainda em Conímbriga (Alarcão, 1976).

Muito numerosa é a cerâmica comum, com 117 fragmentos classificáveis. Todos eles correspondem a importações, concretamente da área da Baía de Cádiz. Ao nível formal dominam as tigelas e os potes, estando também presentes os alguidares.

IV. Considerações Finais

Os materiais que foram sendo recolhidos no decorrer das obras de recuperação e consolidação do Forte de São Sebastião, quer nos acompanhamentos de desaterros, quer na escavação das sondagens de minimização e diagnóstico, permitiram reconhecer que o cerro não foi ocupado apenas a partir do século XVI, havendo agora dados que podem colocar no 1º milénio a.C. a primeira das ocupações humanas.

Os escassos fragmentos de ânforas de tipo R1,

um deles encontrado em nível de deposição primária e associado a uma estrutura, denunciam a presença, no local, de população durante a I Idade do Ferro. Infelizmente, deste período os dados escasseiam, o que não permite retirar grandes ilações, apesar de parecer evidente que esta ocupação deverá relacionar-se com a que foi bem documentada na colina onde se ergue actualmente o Castelo de Castro Marim.

Dadas as características morfológicas das cerâmicas, e os elementos que pudemos recolher contextualmente no Castelo, pensamos que uma cronologia centrada em finais do século VII/VI a.n.e. é plausível para o início da permanência de populações no sítio. É efectivamente o que se pode deduzir pela presença de ânforas enquadráveis no tipo 10.1.2.1., bem como pelas formas e decorações reconhecidas na cerâmica manual. A presença de ânforas B/C de Pellicer e Mañá Pascual A4 (Tipo 11.2.1.3.) permitem admitir que o cabeço permaneceu ocupado, pelo menos, até ao final do século V a.n.e.

Este registo é assim coevo das Fases IV e V da colina a norte, ainda que a dimensão e grandeza de ambas não seja comparável.

A ocupação simultânea de duas colinas contíguas por parte de populações orientais e/ou orientalizes não é frequente, a não ser em contexto indiscutivelmente colonial. É este o caso do litoral malaguenho, onde quer na foz do rio Algarrobo, quer na do Vélez, Toscanos (Schubart, 1969, Niemeyer, 1979, 1982; Schubart e Mass Lindemann, 2007), Cerro del Peñon (Niemeyer, 1987) e Cerro de Alarcón (Schubart, 1988, Schubart e Mass Lindemann, 1984, Schubart, Niemeyer e Mass Lindemann, 1972) e Morro de Mezquitilla (Schubart, 1984, 1985) e Chorreras (*Ibidem*), respectivamente, têm, em determinado momento, ocupações coevas. Infelizmente, para Castro Marim, não temos dados suficientes para interpretar devidamente o fenómeno, que na Andaluzia foi devidamente enquadrado na expansão das áreas ocupadas, verificada na segunda metade do século VII a.n.e., assim como pela diversidade funcional que os diferentes sítios, ainda que com proximidade evidente, desempenharam. A população de Toscanos, fundada no século VIII a.n.e., cresce no século seguinte, ocupando então as

colinas de Alarcón e de Cerro del Peñon. Os fornos metalúrgicos do último sugerem especialização funcional das distintas áreas ocupadas, ainda que constituíssem, em conjunto, um único aglomerado populacional. Também Chorreras, localizado a escassos 800 metros de Morro de Mezquitilla, não terá sido um sítio independente, parecendo que um aumento demográfico obrigou a população do Morro a construir um anexo urbano em Chorreras.

Como já referimos, não existem dados que possibilitem admitir, sem grandes reservas, distintas funcionalidades para os dois núcleos castro marinhenses, ou para interpretar a presença orientalizante do Forte em função de um aumento populacional. Contudo, a ausência de cerâmicas finas no Forte, quer no século VI quer no V (cerâmica de engobe vermelho, cerâmica grega), que são tão abundantes no Castelo, sugerem distintas modalidades de ocupação dos dois cabeços.

No que respeita ao período romano republicano, o espólio recolhido é muito mais numeroso, denunciando uma densa ocupação. Como ficou devidamente evidenciado pelo conjunto dos materiais que associamos a esse período, uma cronologia centrada entre os finais do século II e os inícios do século I a.n.e. parece ser a proposta mais adequada.

Efectivamente, todos os materiais recolhidos começam a ser produzidos durante o século II a.C., ainda que o seu fabrico e distribuição tenha persistido ao longo do século seguinte. Mas, o considerável conjunto de Campaniense A, associada à completa ausência de produções B-óide, permite encurtar a baliza cronológica. Por outro lado, deve referir-se a inexistência de cerâmicas produzidas exclusivamente no decorrer do século I a.C., como por exemplo as ânforas da área do Guadalquivir, o que reforça a cronologia proposta.

A ocupação romana do Forte parece ter terminado justamente nos primeiros decénios do século I a.C.

Não podemos, também neste caso, ignorar a informação obtida no Castelo, onde a ocupação republicana está documentada sobretudo para a 2ª metade do século I a.n.e.. Aí, a cerâmica campaniense é quase integralmente B-óide (Arruda, 1988; Viegas, 2005), as ânforas italianas são residuais (Greco-italicas, Dressel 1, Lamboglia 2) e as produ-

zidas na bacia do Guadalquivir são muito numerosas, concretamente as da Classe 67 e as Dressel 12, havendo ainda registo de algumas Haltern 70, mas as produções da Baía de Cádiz dominam também nos inventários (Arruda *et al.*, 2006). A cerâmica de paredes finas do Castelo integra-se maioritariamente nas formas Mayet III e VIII C, havendo contudo escassos fragmentos que pertencem aos tipos I e II (Viegas, 2005).

Assim, e ainda que haja dados que permitem admitir que o Castelo esteve ocupado durante o século II, como por exemplo as ânforas (Greco-italicas e 9.1.1.1.), a cerâmica campaniense A (formas 4 e 6) e a cerâmica de paredes finas das formas I e II de Mayet, só na segunda metade do século I se romaniza, definitivamente.

Perante estes dados, e com todos os constrangimentos que a escassez de informação sempre impõe, pode defender-se que a ocupação romana do Forte se enquadra no processo de conquista da região, e, por isso mesmo, não se sobrepõe ao povoado indígena existente no Castelo. Lembramos que o Forte, tendo estado ocupado durante os séculos VI e V, não regista espólios atribuíveis aos IV e III, como sucede na outra colina.

Mas a romanização plena do território deu origem ao abandono de um sítio e à integração definitiva do *oppidum* estipendiário no quadro político e administrativo da Província da Ulterior.

A situação verificada em Castro Marim é, em parte, passível de ser comparada com outras situações observadas na região. O caso que melhor conhecemos é o de Monte Molião, onde uma ocupação com a mesma cronologia da que foi atribuída ao Forte de São Sebastião foi registada, ainda que, neste caso, sobre o povoado indígena (Sousa e Serra, 2005; Arruda *et al.* neste volume).

A segunda metade do século II a.C. está igualmente bem documentada em Mértola, quer ao nível das ânforas quer no que respeita à cerâmica campaniense (Luís, 2003a e b).

Os resultados obtidos no acompanhamento dos trabalhos de recuperação, reconstrução e consolidação do Forte de São Sebastião evidenciam, assim, a sua importância, quer na comprovação de hipóteses, quer na obtenção de novos dados sobre a romanização do território do Sul de Portugal.

Bibliografia

ALARCÃO, A. (1976): *Céramiques préromaines. Fouilles de Conimbriga*. Paris. Vol. VI, p. 3-17.

ARANÉGUI Gasco, C. (2001) – *Lixus. Colonia fenícia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupacion medieval*. Saguntum Extra 4, Valência: Universidad.

ALMEIDA, João de (1948) - Roteiro dos monumentos militares Portugueses, Vol. III, Lisboa.

ARRUDA, A. M. (1988) – Nota acerca da ocupação romana republicana do Castelo de Castro Marim. *In Actas do 5º Congresso sobre o Algarve* (Montechorro, 1988), vol. I, Silves: Racial Clube, p. 13-17.

ARRUDA, A. M. (1999-2000) – *Los fenícios en Portugal: Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal*. Barcelona: Cuadernos de Estudios Mediterráneos.

ARRUDA, A. M. (2000) – As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim, no âmbito do comércio Ocidental dos séculos V a II a.C. *In Actas do IV Congresso Internacional de Estudios Fenicios y Púnicos*, Cadiz: Universidad de Cadiz, p. 727-735.

ARRUDA, A. M. (2001) – Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. *In Os Púnicos no Extremo Ocidente (Actas do Colóquio Internacional, Outubro de 2000)*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 69-98.

ARRUDA, A. M. (2005) – Orientalizante e Pós-orientalizante no Sudoeste peninsular: geografias e cronologias. *In Actas do Congreso de Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Mérida, p. 277-304.

ARRUDA, A. M.; Viegas, C.; Bargão, P. e PEREIRA, R. (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *In Simpósio Internacional Produção e Comércio de Preparados Piscícolas durante a Proto-história e a Época Romana no Ocidente da Península Ibérica*. Homenagem a Françoise Mayet. Setúbal Arqueológica, vol. 13. p. 153-176.

ARRUDA, A. M., Sousa, E., Bargão, P. e LOURENÇO, P. (neste volume) – Monte Molião (Lagos) – Resultados de um projecto em curso. *In Xelb 8 (Actas do V Encontro de Arqueologia do Algarve, 25 a 27 de Outubro de 2007)*.

ARRUDA, A. M. e Almeida, R. R. (1999) – “Importações de vinho itálico para o território português:

contextos, cronologias e significado". In *Économie et territoire en lusitanie romaine* (Actas da III^{ème} Table ronde sur la lusitanie romaine. Madrid: Casa de Velásquez, p. 307-337

ARRUDA, A. M., Pereira, C. (2006) – Castro Marim, Forte de São Sebastião. Relatório de acompanhamento e escavação.

ARRUDA, A. M., Pereira, C. (2007) – Castro Marim, Forte de São Sebastião. Relatório de acompanhamento e escavação.

ARRUDA, A. M., Rocha, A. (2000) – Castro Marim, Forte de São Sebastião. Relatório de escavação.

BARROCA, Mário Jorge (2000) – Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), vol. II, pp. 982-984 e 1006 1010, Porto.

BERNAL Casasola, D.; Lorenzo Martínez, L.; Expósito Álvarez, J. A.; Sáez Romero, A. M.; Díaz Rodríguez, J. J. (2004): Las innovaciones tecnológicas itálicas en la alfarería gadirita (s. II a.C.). A propósito del taller anfórico de la Avda. de Portugal. In *Figlinae Baetica. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss II a.C.-VII d.C.)*. Vol. 2, p. 621-632.

GARCIA, João Carlos (1986) – O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica, Lisboa.

LAMBOGLIA, N. (1952) – Per una Classificazione preliminare della cerâmica campana, *dans Atti del I^o Congr. Intern. Di Studi Liguri* (Bordighera, 1950), Bordighera. p. 139-206.

LUÍS, L. (2003a) – *A cerâmica campaniense de Mértola*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa.

LUÍS, L. (2003b) – As ânforas republicanas de Mata-Filhos (Mértola). In *Revista portuguesa de Arqueologia*, Vol 6, N.º 2. p. 363-382.

MARTÍN Córdoba, E. y Recio Ruiz, A. (2002) – *Los fenicios en la costa de Vélez-Málaga*. Playa fenicia. Vélez-Málaga.

MAYET, F (1975) – *Les Céramiques a Parois Fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris.

MOREL, J.-P. (1981) – *Céramique Campaniense: les formes*. Paris: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome. 244.

NIEMEYER, H. G. (1979) – Toscanos. Campaña de 1973 y 1976 (com un apêndice de los resultados de la campaña de 1978). *Noticiario Arqueológico Hispánico*, VI. Madrid. p. 221-258.

NIEMEYER, H. G. (1982) – El yacimiento fenicio de

Toscanos: balance de la investigación 1964-1979. *Huelva Arqueológica*, VI. Huelva. p. 101-127.

NIEMEYER, H. G. (1987) – Trabajos arqueológicos realizados en las faldas orientales del Cerro del Peñon, yacimiento de Toscanos, Torre del Mar (Vélez-Málaga, Málaga). *Anuario Arqueológico de Andalucía* 1986, II. Sevilla. p. 422-424.

NIVEAU de Villedary y Mariñas, A. M. (2003) – Las Cerámicas Gaditanas "Tipo Kuass". Bases para el análisis de la Bahía de Cádiz en época púnica. Cádiz: Universidad.

OLIVEIRA, C. F. (2006) – *A cerâmica manual do Castelo de Castro Marim (século IX a III a.n.e.)*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.

PELLICER Catalán, M. (1978) – Tipología y cronología de las ânforas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilha. 9: p. 365-400.

PELLICER Catalán, M. (1982) – Las cerâmicas del mundo fenicio en el bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno (Sevilla), mit 22 Textabbildungen Diskussion, mit 2 Textabbildungen. In *Madriider Beiträge: Phönizier im Westen*. Verlag Philipp Von Zabern, Mainz am Rhein. p. 371-406.

PIMENTA, J. P. (2004) – *As ânforas romanas do Castelo de S. Jorge (Lisboa)*. Trabalhos de Arqueologia 41. Ministério da Cultura e Instituto Português de Arqueologia. Lisboa

RAMON Torres, J. (1995) – Las ánforas fenicio-púnicas del mediterráneo central e occidental. Universitat de Barcelona

RIBERA y Lacomba, A. (1998) – *La fundació de Valencia. La ciutat al'època romanorepublicana (segles II-I a.C.)*. Valencia: Institució Alfons el Magnànim (Estufios Universitarios, 71).

SHUBART, H. (1969) – *Toscanos. La factoria paleopúnica en la desembocadura del rio de Vélez*. *Excavaciones de 1964*. Excavaciones arqueológicas en España, 66. Madrid.

SHUBART, H. (1984) – Morro de Mesquitilla. Informe preliminar sobre la campaña de excavaciones de 1981 en el Morro de Mesquitilla cerca de la desembocadura del rio Algarrobo. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 19. Madrid. p. 87-101.

SHUBART, H. (1985) – Morro de Mesquitilla. Informe preliminar sobre la campaña de excavaciones de

1982 realizada en el asentamiento fenicio cerca de la desembocadura del rio Algarrobo. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 23. Madrid. p. 143-174.

SHUBART, H. (1988) – Alarcón. Vorbericht über die grabungskampagne 1984 im bereich der phönizischen siedlung und der befestigungsmauer. Forschungen zur archäologie und geologie im raum von Torre del Mar 1983/84. *Madri der Beitrage*, 14. Mainz am Rhein. p. 172-188.

SHUBART, H. y Mass Lindemann, G. (1984) – Toscanos. El asentamiento fenicio occidental en la desembocadura del rio de Vélez. Excavaciones de 1971. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 18. Madrid. p. 40-210.

SHUBART, H. y Mass Lindemann, G. (2007) – Toscanos. *Die Phönizische Niederlassung an der Mündung des Río de Vélez. Madrider Forschungen*, Band 6. Walter de Gruyter & CO. Berlin.

SHUBART, H., Niemeyer, H. G. y Mass-Lindemann, G. (1972) – Toscanos, Jardín y Alarcón. La campaña de excavación de 1971. *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 1. Madrid. p. 11-41.

SOUSA, E. (2005) – *A cerâmica de “tipo Kuass” do Castelo de Castro Marim e de Faro*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 volumes. Edição policopiada.

SOUSA, E. e Serra, M. (2005) – Resultado das intervenções arqueológicas realizadas na zona de protecção do Monte Molião (Lagos). *Xelb*. Silves. 6: 1, p. 5-20.

VIEGAS, C. (2005) – Castro Marim no período Romano. In *Xelb* 6. Actas do 3.º Encontro de Arqueologia do Algarve, (Silves, Outubro 2005). Vol. I. Silves, p. 241-260.

Outras Referências

LOBO, S. (2003) – Memória descritiva. In *Projecto N.º 469, Vol. II, “Levantamento, diagnóstico de patologias e projecto de intervenção com vista à recuperação/consolidação das muralhas e baluarte do Forte de São Sebastião”*.